

Editora Prospectiva (Frutal-MG).

O debate sobre educação e sociedade na Escola de Minas de Ouro Preto (no seu primeiro século).

Machado, Otávio Luiz.

Cita:

Machado, Otávio Luiz. (2013). *O debate sobre educação e sociedade na Escola de Minas de Ouro Preto (no seu primeiro século)*. Frutal-MG: Editora Prospectiva.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/otavioluizmachado/36>

ARK: <https://n2t.net/ark:/13683/pezx/ehn>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

Otávio Luiz Machado (Org.)



**O DEBATE SOBRE EDUCAÇÃO E
SOCIEDADE NA ESCOLA DE MINAS
DE OURO PRETO
(NO SEU PRIMEIRO SÉCULO)**



Otávio Luiz Machado (Org.)

**O DEBATE SOBRE EDUCAÇÃO E
SOCIEDADE NA ESCOLA DE MINAS
DE OURO PRETO
(NO SEU PRIMEIRO SÉCULO)**

EDITORA PROSPECTIVA

Copyright 2013 by Otávio Luiz Machado

Capa: Editora Prospectiva

Foto de capa: Otávio Luiz Machado

Revisão: Otávio Luiz Machado

Edição: Editora Prospectiva

Machado, Otávio Luiz. O debate sobre educação e sociedade na Escola de Minas de Ouro Preto (no seu primeiro século) – Frutal: Prospectiva, 2013.

ISBN: 978-85-67463-29-2

1. Estudantes universitários – Comportamento. 2. Memória Histórica. 3. Educação extracurricular; 4. Moradia Estudantil.

CDU316.6:378.4

Contatos com o autor:
Caixa Postal nº 1, 382000-000 Frutal-
MG
E-mail:
otaviomachado3@yahoo.com.br
Tel: (34) 9668-9575

SUMÁRIO

Apresentação

Otávio Luiz Machado..... 05

PRIMEIRA PARTE: DESAFIOS DE UMA ESCOLA ISOLADA 08

A Escola de Minas e Henrique Gorceix

Arrojado Lisboa 09

Discurso pronunciado pelo Diretor da Escola de Minas na colação de grau dos engenheiros em 1929

Domingos Fleury da Rocha 113

SEGUNDA PARTE: DEBATE SOBRE O MOVIMENTO PARA A AMPLIAÇÃO DA ESCOLA DE MINAS DE OURO PRETO 124

Universidade de Ouro Preto

Washington Moraes de Andrade 125

Carta ao professor Theódulo Pereira (Magnífico Reitor da UFOP)

Alberto Teixeira da Silva 226

APRESENTAÇÃO

Otávio Luiz Machado

A autonomia da Escola de Minas de Ouro Preto (EMOP) sempre esteve presente no horizonte do conjunto dos professores da Escola, o que acabou norteando a relação construída da educação com a sociedade.

Os textos aqui reunidos trazem basicamente dois momentos da história da EMOP: da sua fundação em 1876 à autonomia consagrada em 1960 e desse período até meados dos anos 1970.

O primeiro fecha com a conquista do anseio de autonomia com a desvinculação de tantas outros órgãos, o que limitava o alcance das decisões internas. O segundo fecha com o ambiente de crescimento e de institucionalização da recém-criada Universidade Federal de Ouro Preto

(UFOP), quando EMOP ficou subordinada a uma universidade da própria cidade e a uma estrutura burocrática centrada na figura de um reitor que ficou responsável pelas duas tradicionais instituições de ensino de Ouro Preto: a Escola de Minas e a Escola de Farmácia.

Os reclames da perda de autonomia da EMOP e a sugestão sempre presente da valorização da tradição da EMOP podem ser analisados nos Documentos.

Seja qual for as conclusões a que se chegue com as reflexões sobre a EMOP, o fato é que tratamos de uma instituição que pensou a si própria o tempo todo, seja com posições anacrônicas ou não.

É mais uma publicação para contribuição com o intuito de reconstituir a história educacional brasileira, o que esperamos ser difundida e apreciada

pelos mais diversos interessados e múltiplos públicos

Fica o nosso agradecimento a todas as pessoas que nos ajudaram a ter acesso aos Documentos apresentados, que infelizmente ainda não são divulgados entre todos nós que pesquisamos a área de educação.

**PRIMEIRA
PARTE:
DESAFIOS DE
UMA ESCOLA
ISOLADA**

A ESCOLA DE MINAS E HENRIQUE GORCEIX¹

Arrojado Lisboa

A fundação da Escola de Minas de Ouro Preto constitue um acontecimento de realce no desenvolvimento do ensino técnico e das ciências físicas de nosso país. Com essa Escola, não sòmente se introduziram aqui os cursos da difícil arte de minerar, mas instituiu-se ainda de um modo prático o ensino da química mineral e o das ciências geológicas. Mas o relêvo maior do novo instituto provém principalmente dos métodos pedagógicos que inaugurou no Brasil, em desacôrdo com a concepção e a prática do ensino existente entre nós naquela época. Tais

¹ Transcrito pela Revista da Escola de Minas (REM) d' "O Jornal", de 07-09-1922. Publicado na REM nº 4, Ano XIII, de 12 de outubro de 1948. A revista foi "publicada sob os auspícios do Diretório Acadêmico da Escola Nacional de Minas e Metalurgia da Universidade do Brasil".

métodos foram de grande eficiência aplicados aos cursos da Escola, dando a esta um aspecto inteiramente original em face dos institutos congêneres e um carácter tão marcado e profundo que perdura até hoje. Resistiu à derrocada que o ensino de longa data vem sofrendo entre nós, através da instabilidade e da desorientação das suas múltiplas reformas.

Todo êsse trabalho é reflexo da forte personalidade de Henrique Gorceix que, aos seus atributos de carácter e inteligência, reunia conhecimentos tão profundos, que o fizeram um dos mais altos representantes da ciência francesa do seu tempo. A instituição foi tão impregnada do espírito do seu fundador, que para realçar a feição original da primeira, se faz mistér focalizar a forte individualidade do segundo, precisando-lhe os predicados morais e intelectuais,

bem como estudando a sua formação científica.

Só assim será possível compreender o que foi, para nós brasileiros, essa grande obra, tão pessoal, que por muitos anos depois da sua fundação se costumava ainda dizer, para defini-la: “A Escola de Minas é Henrique Gorceix”.

O presente trabalho será uma tentativa visando a fixação das fisionomias do instituidor e da instituição, vistas através de um discípulo, em uma das fases mais interessantes da vida do ilustre educador e do grande instituto.

A personalidade de Gorceix

O grande Pauster, que muito estimou Henrique Gorceix, assim definiu seu discípulo da École Normale Supérieure “Le meilleur de la division de physique: beaucoup de feu et de zèle”. E

Radet o erudito historiador que testemunhou a sua atividade na Escola de Atenas, dêle escreveu: "... une figure curieuse... Henri Gorceix aurait du vivre sous le directoire et participer de l' expedition de l' Egypte. Il etait né pour observer la nature au bruit du canon, entre la sabretache d' un grenadier". Edmond Perrier, comentando tais juízos, observa que se enganaria quem imaginasse Gorceix com o aspecto de um soldado de Detaille: não, tinha o feitio de um camponês robusto a quem trabalho algum repugna, e que se compraz nos grandes circuitos pelos campos, desconhecendo a fadiga.

Filho do planalto central francês, de "Saint Denis-des-Murs" na "Haute-Vienne", êle sempre conservou certa rusticidade própria da vida do campo e que no meio em que viveu dava muita originalidade à sua figura, bem

representativa, física e mentalmente, da raça francesa.

Robusto, mas de estatura mediana, trazia a barba loura não abundante. Um “pince-nez” permanente atenuava-lhe a forte miopia. E, como traço fisionômico característico, um sorriso permanente que parecia traduzir leve ironia, em contraste com a expressão bondosa dos seus olhos claros.

Gesticulava muito mais que qualquer sul-americano, tanto e incontidamente que, ao caminhar, lembrava um turbilhão em movimento com a forte cabeça em constante mênio e os braços abertos em incessantes e violentas trajetórias. Sempre inteiramente absorvido em seus pensamentos, disso desculpava-se referindo que o exemplo lhe vinha de Buffon, que sempre tinha em mente os assuntos que o preocupavam e estudava o melhor processo de resolvê-los.

Muito cedo principiaram-lhe as dificuldades da vida. Aos 9 anos de idade Gorceix perdeu o pai que deixou viúva pobre e 7 filhos. Passaram-se todos de "Saint-Denis-des-Murs" para St. Leonard e aos 12 anos, êle obtinha uma pequena subvenção para cursar o Liceu de Limonge, onde logo revelou qualidades não comuns de inteligência e atividade. Em 1860 bacharelou-se e obteve a permanência da pensão para freqüentar o Liceu de Douai, de onde passou ao Instituto Massini de Paris, com o fim de se preparar para o concurso à freqüência da Escola Normal Superior de França. Em 1863 submeteu-se a essa dura prova e em 1866 recebeu o diploma de professor normalista de ciências físicas e matemáticas. Foi então lecionar no Liceu de Angoulême, de onde Pasteur e Delesse o chamaram para ser preparador de

geologia na mesma Escola Normal Superior em 1867.

Em sua correspondência com Pasteur, quando Gorceix em Angoulême, há uma interessante carta do mestre que dá bem idéia do temperamento do discípulo.

Era grande a impaciência do jovem professor para trocar o meio acanhado da província pelo de Paris, onde poderia melhor desenvolver a sua capacidade científica. Pasteur muito desejava essa transferência, mas era-lhe impossível promovê-la sem primeiro aparecer uma situação conveniente para Gorceix. Como o discípulo insistisse com certa pertinácia, enviou-lhe o mestre uma viva carta, concitando-o a saber esperar. A correspondência que mantiveram ambos posteriormente mostra o muito apreço que se davam os dois sábios.

Pouco permaneceu efetivamente no laboratório de geologia da Escola Normal. O seu temperamento aventureiro incitava-o a procurar um cenário mais longínquo e a oportunidade veio com um acontecimento imprevisto.

Em 1846, o Ministro Salvandy fundara na Grécia a Escola Francesa de Atenas que, a partir de 1850, ficou sob a proteção da Academia de Instrução e Belas Letras. Tinha essa Escola por fim facilitar aos professores franceses uma estadia no Oriente para se aperfeiçoarem no estudo das artes e da literatura antigas. Esse instituto tornou-se famoso depois que um dos seus professores, Beulé, descobriu a entrada da Acrópole, fato que teve grande repercussão com a publicação do seu famoso livro "L' Acropole d' Athenes". Anualmente alguns dos diplomados da Escola Normal Superior, escolhidos entre os melhores, eram

enviados a Atenas. Mas por muito tempo a escolha recaiu exclusivamente em professores de literatura. Apenas um cientista fôra certa vez enviado à Grécia: Albert Gaudry, que ali descobriu uma rica fauna de mamíferos, em parte extintos. Apesar do enorme interêsse de suas descobertas paleontológicas, nunca mais pisou em Atenas, até 1869, nenhum outro normalista diplomado em ciências físicas. Nesse ano quiz-se reparar a injustiça e Henri Gorceix foi, pelos seus méritos, justamente o escolhido para ir professar em Atenas, dois anos depois de ser nomeado assistente-preparador de Delesse.

Seguiu, pois, para a Grécia, como professor do curso de ciências. Foi-lhe confiada a escavação do Santorin e, como nesse tempo oferecia grande interêsse geológico, o estudo do vulcanismo, cuja teoria ainda não havia sido firmada, êle entregou-se ao estudo do vulcão que

domina aquela ilha. Viajou em seguida pela Macedônia para estudar a geologia da região. A sua atividade, a sua curiosidade científica, a coragem que mostrou, percorrendo desassombradamente sítios infestados de bandidos e salteadores, contra o conselho dos experientes, de logo deram destaque à sua figura, entre os membros da Escola de Atenas e permitiram que Radet dêle fizesse aquele curioso retrato que já referimos, e que é o de um homem verdadeiramente explosivo.

Mas, eis que rebenta a guerra de 1870. Ao desastre de Sedan sucede a rendição de Metz. Gorceix, como normalista, estava dispensado do serviço de guerra e duplamente dispensado, como normalista e como professor em Atenas. Mas do fundo da Grécia êle saltou para a França. E que outra arma poderia êle escolher a não ser a artilharia? Como

sub-oficial partiu edm demanda do exército de leste, onde serviu na 26ª bateria do 9º regimento daquela arma.

Restabelecida a paz, voltou imediatamente ao Oriente e um outro imprevisto veio ao seu encontro. Nisyros é um vulcão extinto desde o princípio da era histórica e situado em uma das ilhas do mar Egêu.

A ilha é de constituição inteiramente vulcânica, mas nenhum autor clássico se refere à sua aparição. Apenas Strabão alude ao vulcão, sob a forma de uma lenda. Pois, em fins de 1871, Nisyros começa a manifestar os fenômenos precursores de uma próxima erupção. A um violento tremor de terra seguiram fortes detonações, comparáveis às de uma sucessão de raios, e duas pequenas bocas se abriram na cratera, vomitando uma torrente de fumaça e vapor d' água que envolveu completamente a ilha.

Logo que teve conhecimento do fenômeno, Gorceix partiu para o local. Quando ali chegou, já muitas outras bocas se haviam formado, constituindo fumarolas que expeliam gases a 100° de temperatura.

Empreendeu então os seus estudos dos gases vulcânicos, analisando-os “in locu” e completou êsses estudos pelo da geologia das ilhas e o dos demais fenômenos complementares daquela erupção.

As dificuldades que teve de vencer para arrostar a natureza hostil e levar a cabo uma tarefa tão ousada, demonstram a sua coragem, a sua notável resistência física e o seu grande interêsse pela ciência.

O estudo do vulcanismo a êsse tempo não estava feito, nem firmada a teoria dos fenômenos vulcânicos, e, por isso, o assunto tinha um grande interêsse no momento. Estava-se ainda no período

das grandes controvérsias que sôbre a matéria dividiam os geólogos, por muitos anos, em dois campos opostos.

Por dois anos inteiros esteve Gorceix vigilante aos movimentos de Nisyros e, de volta à França, em 1874, além dos estudos que deixou depositados na Biblioteca de Salônica, publicou os resultados de suas observacoes em Cos e Nisyros nos Anais da Escola Normal Superior e nos de Química e Física, de Paris.

Estava assim consagrado naturalista, geólogo e químico dos mais competentes do seu tempo.

Ali, no laboratório da Escola Normal, onde havia apenas reassumido o seu posto, uma outra surpresa o colheu para bruscamente trazê-lo à América.

O Imperador D. Pedro II, viajando pela Europa, entre 1871 e 1872, frequentara o Instituto de França e se relacionara com muitos dos seus

membros. Entre êstes distinguiu a Daubrée, inspetor geral de minas, professor no Museu de História Natural e diretor da Escola de Minas de Paris. De volta ao Rio, correspondeu-se com êsse membro do Instituto e pediu-lhe a indica o de um geólogo capaz de fundar uma Escola de Minas de Paris. De volta ao Rio, correspondeu-se com êsse membro do Instituto e pediu-lhe a indica o de um geólogo capaz de fundar uma Escola de Minas no Brasil. Daubrée conhecia os trabalhos de Gorceix em Nisyros, pois que, êle próprio, Daubrée, abordara o estudo das infiltra es das águas marinhas e o das suas rela es com os fenômenos vulcânicos. E tais estudos faziam objeto de longa data de suas pesquisas. Daubrée, tinha assim, uma grande autoridade para avaliar a capacidade do geólogo de Nisyros. Além disso, Delesse lhe traz mais um

testemunho do seu alto apreço pelo saber e pelas qualidades do seu assistente de geologia.

Daubrée, sem hesitação, indicou, pois, Gorceix, a D. Pedro e, antes de findar êsse mesmo ano de 1874, o futuro fundador da Escola de Minas abandonava a Escola Normal Superior, escrevendo a um de seus irmãos: “Je serais fort heureux que tu, m’ expédies Le fusil des voyages; Il est revenu du fond du cratère de Nisyros; Il reviendra bien du Brésil! ... J’ai hâte d’enfinir et ne veut pas me laisser amollir le courage. “Alea jacta est!” Il, est certainement bien dur de vous quitter, mais la douleur de separation est adouciee par l’ espoir de vous revoir dans de melleurs conditions. J’ ai rêvé un peu de gloire, quelque bruit autour de moi: je port la peine de mon orgueil!”

Sempre o mesmo homem impaciente ante a perspectiva de um vasto campo à

sua atividade, mas saudoso e sensível para com os seus.

Quando em fins de 1874 chegou Gorceix ao Rio, com a missão de fundar uma Escola de Minas, o Visconde do Rio Branco era Presidente do Conselho e Ministro da Fazenda e João Alfredo Correia de Oliveira, Ministro do Império.

O Brasil de 74 certamente era bem diferente do de hoje. Se os estadistas eram mais moralizados e mais circunspectos, se gozavam de maior respeito que os de hoje, eram entretanto, muito mais tímidos e apegados à rotina que os atuais. Se tinham mais senso prático, possuíam uma noção muito mais estreita das possibilidades do país, que a que possuem os de agora; mas a nação era materialmente muito atrasada; apenas iniciava os seus principais melhoramentos públicos, começando a construir as suas principais vias férreas.

Foi, todavia, uma circunstância feliz essa de ter Gorceix de se haver, no início da sua obra, com homens de tão fino trato e de espírito superior, como o primeiro Rio Branco e João Alfredo.

O apreço com que foi acolhido na côrte do Império e a sua consideração pessoal que lhe dispensou Sua Majestade o Imperador, cercaram-no de respeito e autoridade entre os homens públicos da época. Foi logo admitido à intimidade do paço, onde reinava uma simplicidade encantadora, que contrastava com as formas protocolares e com a insociabilidade do Catete de nossos dias. Eis como êle relata uma das reuniões a que assistiu no Palácio Imperial em 75: “On joue au bon vieux jeu des homonymes, en langue française: “Comment l’ aimez-vous? Ou Le placez-vous? Qu’em faites-vous? L’ Empereur a bien voulu me choisir pour le remplacer.

Le mot que je devais deviner était-mère, mer, maire; je n'ai pas en de mal á le faire, mais Il m'a valu de l'Imperatrice cette reponse: - Comment votre magesté l'aime-t-elle? - Je l'aime come celles de votre patrie - Je n'ai eu, qu'a la remercier pour la mémoire de la mienne et je n'y ai pas fait faute".

Ficou entendido, em fins do de 74, entre João Alfredo e Henrique Gorceix, que êste percorresse o país, estudasse-lhe as condições, inteirando-se do estado da instrução secundária e superior, antes de fixar a sede do projetado estabelecimento e de formular o seu projeto. Em pouco tempo ficou êle senhor do estado em que se achava a instrução no Rio de Janeiro e da situação das nossas Bibliotecas e dos estabelecimentos científicos da Capital do Império. Logo em seguida partiu a visitar as províncias do Sul, para onde seguiu acompanhado de Ladislao Netto.

No Rio Grande do Sul percorreu a região das minas de ouro e cobre no município de Lavras. Consignou as suas impressões em um folheto ainda publicado em 1874, que é uma descrição das formações geológicas e minerais da região, acrescida de considerações relativas à exploração econômica dessas minas.

Partiu em seguida para a Província de Minas, quando a Estrada de Ferro Central ainda se achava distante da Serra da Mantiqueira, que galgou a cavalo para em seguida reconhecer a região da Serra do Espinhaço e estudar as condições das várias localidades que entre si disputavam a primazia para sede do projetado Instituto; assim Barbacena, São João Del Rei, Sabará, Itabira do Mato, Diamantina e Ouro Preto.

A preferência dada a Ouro Preto está perfeitamente justificada no relatório que

em setembro de 1875, apresentou ao governo da Côrte, conjuntamente com o seu plano de organização da futura Escola, na Capital da Província.

O Ministério Rio Branco havia caído a 25 de junho de 1875 e sucedera-lhe o do Duque de Caxias, com José Bento da Cunha Figueiredo, depois Visconde do Bom Conselho, em substituição a João Alfredo na pasta do Império. Mas aquele sem a visão dêste não era homem para contrariar o amigo do imperante.

A formação científica de Gorceix

Henrique Gorceix foi o único cientista francês que veio em missão ao Brasil trazendo os diplomas de professor pela Escola Normal Superior e o de professor de ciências da Escola de Atenas. A alta significação dêsse fato só poderá ser bem apreendida conhecendo-se o

papel que representavam êsses institutos na formação da alta cultura francesa.

A Escola Normal de Paris foi o estabelecimento de ensino superior que até hoje exerceu maior influência na preparação sistemática das elites intelectuais da França e pode dizer-se sem exagero, que, no genero, nenhum outro estabelecimento com êle competiu em qualquer outro país.

Fundada pela Convenção Francesa em 1794, com o objetivo de formar professores para o ensino secundário das ciências físicas e matemáticas e das letras, ela passou por vicissitudes diversas, devido ao espírito democrático que sempre a caracterizou, pondo-a em antagonismo, a princípio com o pensamento de Napoleão e depois com o de Luiz XVIII, em 1822.

Lagrange, Laplace, Bertholet, Volney, Monge, La Harpe, Bernardin de Sainte-

Pierre, Vaadermonde, fizeram parte do corpo docente no seu primeiro período. São nomes universais que por si só a recomendam.

Reorganizada em 1829, com a sua orientação primitiva, daí por diante, até 1903, exerceu a mais larga influência sôbre letras e ciências francesas.

Esta influência se fez sentir poderosamente durante 73 anos, até que a reforma por que passou, no terceiro ano dêste século, praticamente a transformou em uma Escola Pedagógica da Universidade de Paris.

Henrique Gorceix freqüentou de 1863 a 1866 a Escola Normal, quando esta se achava justamente no auge de sua eficiência e de sua reputação.

Com efeito, desde 1830, ano da ascensão de Luiz Philippe ao trono de França, começou a Escola Normal a receber recursos financeiros mais

avultados e quando, em 1848, se proclamou a República em França, já ela, desde 1846, se achava instalada no seu novo edifício da rua d'Ulm.

A Escola sempre se havia assinalado pelo seu espírito liberal e democrático; e, com a instituição do ensino gratuito pelo grande Carnot, no mesmo ano da queda de Luiz Philippe, tornou-se acessível a todos os franceses de 18 anos que se houvessem distinguido nos Liceus e que, por um concurso entre candidatos assim seleccionados, houvessem conseguido a inscrição dentro do número limitado de 100.

Foram, principalmente, êste critério da seleção dos alunos e o que presidiu à escolha dos mestres e instrutores de competência comprovada que fizeram da escola o mais alto modelo de estabelecimento de ensino superior.

Quando em 1863, Gorceix obtinha por concurso a sua admissão, já a Escola possuía uma instalação modelar e laboratórios que eram objeto da admiração dos cientistas.

Saint-Claire Deville, um químico genial, administrador e político, neles se celebrizara com os seus processos de obtenção do alumínio e da platina metálicos e do pentóxido de azoto, o primeiro descoberto dos ácidos monobásicos chamados *anidridos*. Nesses mesmos laboratórios, Pauster descobrira e estudara os fenômenos desconhecidos da fermentação; Nisard Sainte-Beuve, Saint-Claire Deville, Pasteur, Jaquinet, Vanthiegen, Hermitl, Des Cloiseaux, Delesse, tinham ensinado ou ainda ensinavam aos normalistas.

Em 1863 já a organização da Escola estava plasmada no seu molde definitivo,

depois de meio século de pacientes melhoramentos.

Aos cursos da Escola Normal, como ficou dito, só eram admitidos os bacharelados dos Liceus que houvessem obtido as melhores classificações em que houvessem dado provas de boa inteligência e aplicação.

Uma vez bacharéis, estavam obrigados a freqüentar determinados institutos especializados onde se aperfeiçoavam nas matemáticas e nas outras ciências e só então eram submetidos ao concurso de admissão, para que, entre êles, se procedesse à seleção definitiva.

Por outro lado, como também já se adiantou, era rigorosa a escolha dos professores. Se apanharmos a evolução da ciência e das letras em França verificamos que os mestres da Escola Normal foram dos mais representativos da cultura

francesa, sendo grande a sua contribuição a todos os ramos de conhecimentos.

A Escola Normal por muito tempo foi tida como ninho de livres pensadores e a independência de pensamento que sempre manteve foi, nos seus primeiros anos de existência, a causa determinante das suas primeiras vicissitudes.

Os cursos eram, ali, de três anos e constavam de duas séries, uma onde se especializavam os professores destinados às letras e outra destinada às ciências físicas e matemáticas. Assistiam os alunos de ciências físicas e matemáticas às aulas da Faculdade de Ciência e da de Letras do Colégio de França, embora todas as matérias fossem especialmente desenvolvidas e explicadas na própria Escola.

A êsse tempo não havia ainda quem tirasse patentes de invenção de métodos de ensino: êstes resultavam simplesmente

da observação e das experiências acumuladas e, por isso, as suas origens eram anônimas. Nasciam os métodos do consenso unânime dos educadores. Se a eficiência da organização e dos métodos de ensino devem, realmente, ser avaliadas pelos resultados obtidos, e não por considerações de natureza teórica ou de ordem filosófica, nenhuma outra pode ser comparada à da Escola Normal Superior de Paris.

É que o seu espírito liberal não tolhia nem abafava os surtos próprios e as propensões originais da inteligência dos alunos. Por isso, daquele instituto saiam personalidades com os credos e convicções as mais desencontradas, mas que trabalhavam, unidas, pelo grande renome da França. Pode-se dizer que a Escola Normal de Paris, desde 1830 até o limiar do século XX, formou a elite da intelectualidade francesa e através dela

exerceu uma notável influência sôbre o pensamento humano.

Seria fastidioso enumerar, entre os normalistas do século XIX, cujo número se eleva a alguns milhares de professores da França, aqueles que se tornaram grandes pensadores e filósofos, críticos e sábios de reputação universal. Bastará lembrar o nome de alguns dos mais conhecidos em nosso meio intelectual. Dentre êsses podem ser citados: Victor Cousin, A. Thierry, Delafosse, Hachette, Duruy, Jules Simon, Paul Janet, Thurot, Lemoine, Pauster, Eugene Veron, Debray, Troust, Van Thiegen, Sarcey, Taine, Levasseur, George Perrot, Lacroix, G. Dumas, Appell, Bérghson, Henri Berr, Bonnier, Boutrose, Brunetière, Brunhes, Caullery, Claretie, Cosserat, J. Constantin, M. Croisêt, D. Auteville, De Martonne, E. Denis, Pierre Denis, Gaffarel, Paul Girardin, Hadamard, Halevy, Paul Hasard,

Houssay, De la Tour, Landry, Langevin, Martinenche, Painlevé, E. Perrier, Picard, Plot, Poirier, Radei, Richepin, Sabatier, Albert Thomas, Millerant, e etc.

A Escola de Atenas

A Escola Francesa de Atenas tinha por objeto facilitar aos professores da França um estágio de dois a três anos no Oriente, com o fim de se aperfeiçoarem no estudo das letras clássicas e das artes. A admissão era feita por concurso entre professores de menos de 30 anos de idade, para as secções de letras e ciências. À secção de artes só eram admitidos os pensionistas da Academia de França em Roma, e que para lá seguiam por ordem do governo francês. Os alunos da Escola não só recebiam uma pensão anual enquanto permanecessem em Atenas, como também, de volta à França, tinham direito

à promoção ou à nomeação de catedráticos em um Liceu.

Se a Escola Normal já era uma rigorosa Escola de Seleção, ainda mais o era a de Atenas.

As condições severas requeridas para a admissão dos alunos, as dificuldades da vida material destes últimos, com a minguada pensão que percebiam, correspondendo apenas 300 francos mensais e, finalmente, o prolongamento dos estudos por mais dois ou três anos, com prejuízo das realizações práticas da carreira que já poderiam ter iniciado, naturalmente não permitiu afluência regular de professores na Grécia. Por todas essas circunstâncias, a passagem pela Escola de Atenas era um grande título que poderia jactar-se um ex-aluno da Escola Normal.

Não foi só Ernesto Boulé, com a sua sensacional descoberta, já referida, da

Acrópole, que levou longe a fama da Escola de Atenas. Muitos outros orientalistas franceses, que vieram a adquirir renome, por ali passaram. Georges Perrot, sogro de George Dumas, o professor da Sorbonne, que conta entre nós um bom punhado de amigos, ali aperfeiçoou os seus estudos, antes de descobrir o testamento de Augusto, em Arieira e antes de tornar-se o egiptólogo de nomeada que os ingleses festejaram.

M. G. Radet, o autor de *L'histoire et l'Oeuvre de L'École française d'Athènes*, assim se exprime com relação à passagem de Gorceix por aquele instituto; "Avec Gorceix fut inaugurée la section des sciences. Elle n'existe qu'en lui et par lui, de 1.er Juin 1869 au 1.er Juin 1873. Elle constitue la principale originalité de l'époque que nous écrivons".

O que principalmente importa no ensino profissional, com a organização

que possuimos, é ministrar uma sólida base científica. Para a carreira do engenheiro de minas, principalmente em nosso país, são essenciais os conhecimentos das ciências naturais, principalmente de química, geologia e ciências correlatas, assim como de matemáticas. Sem tais conhecimentos, não será possível aos alunos seguir com proveito os cursos de aplicação que constituem as matérias de carácter pròpriamente técnico. Ao passo que, possuindo estudos sérios daquelas ciências puras, qualquer estudante estará em condições de acompanhar os referidos cursos de aplicação que, por sua natureza, sofrem variações muito mais profundas, com o progresso, que as ciências puras. Se o ensino das matemáticas pode ser fàcilmente ministrado, porque demanda principalmente raciocínio, não acontece o mesmo com o das ciências físicas que

requer dispendioso aparelhamento material, um longo tirocínio e qualidade especiais de observação.

Tais ciências verdadeiramente não haviam sido ensinadas no Brasil até a data da organização do ensino técnico superior, pelo primeiro Rio Branco, ou, o tinha sido em moldes puramente teóricos. Era, portanto, a um cientista que deveria caber a tarefa de organizar uma escola destinada a formar profissionais na arte de minerar.

Henrique Gorceix, – que recebera a mais perfeita instrução científica que poderia ter um professore da França, que já se distinguira pelos seus trabalhos, como geólogo, mineralogista e químico, além de se ter especializado em ciências físicas, naturais e matemáticas e que, a uma energia não comum, juntava fortes qualidades de iniciativa pessoal e requisitos de perseverança e inteligência

que o notabilizaram entre os seus pares, – era bem o homem que satisfazia aos predicados que o Imperador recomendara a Daubrée.

Mas, qual o estado das ciências em França, na década de 1860 a 1870, e a que escolas e correntes se filiara o normalista? A sua formação científica terá sido, em verdade, a melhor orientada da época e terá sido a que mais convinha ao nosso meio?

Tal pergunta será respondida por um rápido cotejo entre a ciência francesa daquela época e a de outros países, assim como pelo esclarecimento das escolas científicas adotadas pelos mestres que lhe formaram o espírito e, finalmente, pela análise das tendências que Gorceix desde logo manifestou, no início de sua carreira profissional.

A ciência francesa e a formação científica de Henrique Gorceix. – Estado das ciências físicas em França nos meados do século XIX

A Química é uma das mais importantes entre as ciências básicas da engenharia de Minas. Ela é essencial para a compreensão e prática da Petrologia e da Geologia. Pelos meados do século XIX e logo depois, a Química fazia grandes progressos na Europa e o estudo da composição química dos minerais estava muito mais adiantado que o das suas propriedades físicas e óticas. A química era, então, para o mineralogista, uma ciência de maior importância que a própria física.

Gorceix pertencia a uma família estreitamente ligada a Gay-Lussac (1778-1850), também nascido na *Haute-Vienne* e

cujo exemplo talvez tenha despertado em seu espírito o gôsto pela química.

Mas, é fora de dúvida que êle possuía uma natural inclinação por essa ciência.

O ambiente da Escola Normal favoreceu-lhe o pendor. Êle ali ainda encontrou viva tradição dos grandes mestres construtores da química moderna. Dumas (1800-1884), deixou a cátedra da Faculdade de Ciências, em 1853, e fôra substituído por Saint-Claire Deville, que, em 1868, passou a dirigir o Laboratório de Química Inorgânica da Escola. Pauster dirigia o de Química Orgânica.

Ambos êsses laboratórios tornaram-se famosos pelas suas contribuições e descobertas científicas.

Saint-Claire Deville, em 1859, descobria o fenômeno da *dissociação*, isto é, revelara que os compostos minerais

estáveis, em temperaturas elevadas, experimentavam uma decomposição reversível.

A teoria atômica originou-se verdadeiramente em França. Dalton, em 1802, descobriu a lei do número proporcional do elemento em suas combinações. A lei de Gay-Lussac, da combinação dos gases em proporções simples (1808), interpretada por Ampère e Avogadro, que deram aos números proporcionais uma interpretação física, permitiu que se fixasse a noção da molécula e do átomo.

Foi Dumas (1800-1884) quem mostrou, depois disso, a importância da noção de substituição. A criação do tipo, por Laurent (1807-1853), um químico francês saído da Escola de Minas de Paris, veio completar a noção de que a filiação das espécies se realiza pela substituição dos átomos ou dos radicais nos tipos

químicos. Wurtz, professor de química na Faculdade de Medicina de Paris, criou em França, em 1859, a noção das espécies químicas, mostrando todo o alcance e valor da teoria que os gênios de Kekulé (1829-1896) e Pauster (1822-1895) haveriam de completar, com referência à equivalência dos átomos e à verdadeira noção da assimetria molecular.

Bastam essas referências às origens e ao desenvolvimento da teoria atômica, para mostrar a proeminência da ciência química francesa nos meados do século XIX.

Ora, Gorceix não somente foi contemporâneo desse grupo notável de químicos franceses, como anda foi discípulo de dois dos seus maiores expoentes, Saint-Claire Deville e Pauster. Estudou em Paris na convivência de afamados químicos-normalistas com

Debray e Troost, ao tempo de Wurtz e Malaguti.

Com tais precedentes, êle transportou para o Brasil, no ensino que nos ministrou, a prática e os conhecimentos mais aperfeiçoados e completos da química do seu tempo, como de fato demonstraram os trabalhos que realizou nos laboratórios da Escola de Minas de Ouro Preto, e os conhecimentos e a prática daquela ciência que transmitiu a muitos de seus discípulos.

Efetivamente, o ensino da química mineral instituído na Escola de Minas de Ouro Preto marca uma época na história do desenvolvimento dessa ciência entre nós, não só pela excelência dos seus programas bastante discretos, mas principalmente pela larga prática de laboratórios que introduziu e que, com o desenvolvimento do ensino, foi sendo ampliada, nos vários anos dos cursos

fundamental e especial, até o regulamento de 1920.

Desde o regulamento de 1885, os cursos de química inorgânica e orgânica foram distribuídos por quatro anos sucessivos, de modo a permitir a larga prática de laboratório necessária para a formação de bons químicos.

Como resultado disso, a Escola de Minas de Ouro Preto tem fornecido profissionais para vários laboratórios de química mineral fundados aqui, por exigência do desenvolvimento da indústria mineira e dos estudos de geologia. Conjuntamente tem ela dado professores e químicos para os institutos científicos do país, como a própria Escola de Ouro Preto, a Politécnica de São Paulo e a de Belo Horizonte, o Instituto de Manguinhos, o Serviço Geológico Federal, etc.

O período de 1860 a 1870 é notável porque assinala um grande acontecimento na história da ciência geo-química: o nascimento da Petrologia.

A Mineralogia, a mãe das ciências geológicas, foi a primeira a ser professada nas Universidades do Velho Mundo.

Desde os princípios do século XIX se tinha conseguido determinar os minerais das rochas, separando-os mecanicamente, por meio de lavagens, submetendo-os depois à análise química. Por êsse processo exclusivo, foram sendo resolvidos muitos dos problemas da mineração, à medida que se operavam os progressos da química. Na década de 1860 a 1870, quando esta ciência tinha já bastante aperfeiçoados os métodos de análise, desenvolveu-se consideravelmente o conhecimento da composição química das rochas e dos minerais. A mineralogia era

uma ciência quase que exclusivamente química.

As primeiras classificações feitas por Cordier em França e por von Cotta na Alemanha, foram baseadas nos processos de análise, pois a microscopia estava em seu período rudimentar.

Hauy em 1808, já tinha descoberto as leis da simetria cristalográfica e havia mostrado a existência das relações das intersecções dos eixos das faces dos cristais. E Breston, em 1813, reconheceu os cristais a um e a dois eixos. Já se haviam descoberto a luz polarizada e a dupla refração.

Vollatin descrevera em 1809 o goniômetro refletor. Mas, com êsses elementos, muito pouco, realmente, se podia fazer, pela aplicação de processos físicos, para o conhecimento das rochas e dos minerais até meados do século XIX.

As célebres tabelas de Rotto, publicadas em 1861, deram a medida da enorme contribuição química até então elaborada em proveito dos conhecimentos mineralógicos e os anos que se seguiram a essa publicação foram de grande atividade para a análise química das rochas, tanto no continente como na Inglaterra e até na América do Norte.

Ora, um dos grandes méritos de Gorceix foi justamente prever a considerável influência que teria o desenvolvimento da física, em sua aplicação à Mineralogia; isto é, avaliar o surto que teria esta última ciência com o desenvolvimento da microscopia e que haveria de dar lugar a uma nova ciência, a Petrologia.

Gonzaga de Campos, que foi discípulo de Gorceix em 1877, no segundo ano de existência da Escola, encarecia mais tarde a larga visão do sábio frances,

que preparou desde aquela época o espírito dos seus alunos para o reconhecimento da importância que viriam a ter certos trabalhos científicos que apenas se delineavam na Europa.

Gonzaga de Campos (1856-1925), diretor do Serviço Geológico Federal, foi uma das maiores inteligências que passaram pela Escola de Ouro Preto; mas infelizmente para o êxito de sua vida faltaram-lhe o espírito de coordenação e o senso prático. Escreveu êle: "Gorceix começa as suas lições de física pela teoria das vibrações e propagação das ondas, e pelo estudo completo da luz polarizada e da dupla refração, com tal desenvolvimento que armava os seus alunos de todos os elementos para o estudo e aplicação dos métodos do futuro".

Evidentemente fôra um dos seus grandes Mestres da Escola Normal

Superior, glória da ciência francesa, Des Cloiseaux, quem incutira no espírito de Gorceix a idéia dêsses novos horizontes que estavam para ser completamente descortinados.

De fato, foi o próprio fundador da nova ciência, Rosenbusch, professor alemão, quem, em 1890, reconheceu públicamente a imensa contribuição que devia ao sábio frances, pelos seus trabalhos relativos aos eixos óticos dos minerais e como êles influíram para a sua obra de creador da moderna ciência.

O primeiro microscópio moderno, fabricado pelo desenho de Rosenbusch, só apareceu na Alemanha em 1876, ano da fundação da Escola de Ouro Preto.

Desde 1858 que Sorby havia salientado na Inglaterra as vantagens que trazia o microscópio para o estudo da petrografia. Mas nenhum interêsse despertaram os seus trabalhos, e os

ingleses, até 1870, não possuíam sequer um tratado de classificação e descrição das rochas. Foi Zirkel, na Alemanha, que retomou os métodos de Sorby e os desenvolveu conjuntamente com Rosenbusch, entre 1863 e 1873.

Em França, os trabalhos de Des Cloiseaux precederam de muito a obra de Zirkel e Rosenbusch. As suas lições de cristalografia foram publicadas em 1861 (2ª edição em 1874), e o seu Manual de Mineralogia, em 1862 (2ª ed. em 1893), isto é, justamente nas vésperas de Gorceix tornar-se seu discípulo, pois o curso de Mineralogia era professado no primeiro ano da Escola Normal e Gorceix matriculara-se em 1863. Se essas primeiras edições não podem ser comparadas, pelo desenvolvimento dos processos de exames físicos aplicados aos minerais, às edições, também primeiras, mas posteriores, dos professores alemães,

contudo elas tiveram o mérito de abrir o caminho para essas, e a própria declaração de Rosenbusch constitue a mais alta homenagem que poderia ser prestada à ciência francesa.

O inestimável valor de Des Cloiseaux, consistiu no exame sistemático dos cristais minerais e na pesquisa das suas propriedades óticas e dos fenômenos da polarização mineral. E pode-se imaginar que quanto teria sido retardada a obra de Rosenbusch sem êsse material precioso de que se utilizou.

A Des Cloiseaux sucederam-se, em França, Fouquet, Michel Levy, Barrois e Lacroix, no aperfeiçoamento dos mesmos processos físicos do exame dos minerais e rochas, mas quando Gorceix já fundara a Escola de Ouro Preto e ali iniciara o seu curso de física aludido por Gonzaga de Campos, em que desenvolvera o ensino

dessa ciência no sentido da nova corrente científica.

Mas, ocorre uma outra circunstância.

Quando Fouquet, depois dos seus trabalhos em Santorin, estudava, em 1873, os fenômenos vulcânicos do Vesúvio, fez virr Gorceix de Atenas para a Itália e o interessou vivamente nos seus trabalhos. Evidentemente, nesse convívio e nessa colaboração, Gorceix se pôs ao corrente dos estudos já elaborados por Fouquet no campo da física mineral, que só mais tarde, quando completamente divulgados, haveriam de ter a grande repercussão que tiveram, no meio especializado.

É, portanto, evidente que a sua formação, como mineralogista, se operou sob o influxo dos maiores precursores da moderna petrologia, que foram os únicos iniciadores dessa ciência em França.

O período de 1873 a 1893 foi a era da micro-mineralogia e da micropetrologia,

durante a qual Fouquet e Michel Levy publicaram, em França, o resultado das suas sínteses dos minerais e das rochas. E quando Vogt (1892) divulgou as suas primeiras pesquisas relativas à formação dos minerais e rochas dos magmas, a moderna Petrologia estava definitivamente constituída e a mineralogia, a ciência mãe, transformada em uma ciência apenas subsidiária daquele novo ramo dos conhecimentos humanos.

É bem verdade que Gorceix, depois de ter dado o mais completo desenvolvimento ao estudo químico e mineralógico de acôrdo com a ciência do seu tempo, iniciou o ensino dos métodos óticos da técnica moderna petrográfica, mas, como pondera o Prof. Odorico de Albuquerque, não logrou despertar maior atenção sôbre o assunto. Só com mais tempo seria possível operar-se uma

mudança tão radical de técnica, só realizável com um novo aparelhamento dispendioso, mudança que importaria não só no abandono dos procesos de análise química sempre necessários, mas no aumento de vastos e novos conhecimentos de física ótica que só seus discípulos haveriam de realizar com um aparelhamento mais aperfeiçoado, como de fato o fizeram brilhantemente a partir de 1892 e, principalmente, a partir de 1900.

Se encararmos agora Henrique Gorceix como geólogo, deparamos com um dos acontecimentos não sòmente mais curiosos da história dessa ciência como ainda descobrimos, para glória sua e de seus mestres, que a corrente a que ele se filiou, em um período agitado da ciência geológica francesa, foi a que com o tempo mostrou estar com a verdadeira razão científica.

Para a boa compreensão de um fato tão interessante, é indispensável um rápido retrospecto histórico. A moderna geologia é uma ciência principalmente inglesa. Hutton, que só viveu até 1797, foi quem lançou as suas bases fundamentais. Como Darwin, êle teve o seu divulgador apaixonado, na pessoa de Playfair, autor de uma obra que se tornou célebre na história dessa ciência, "*Illustration of the Huttonian Theory of the Earth*", publicada cinco anos depois da morte de Hutton, já na alvorada do século XIX. Esta publicação exerceu uma influência tão considerável no pensamento dos geólogos da época, quanto diminuto fôra o interêsse que êstes manifestaram por ocasião da publicação dos 2 volumes de Hutton, escritos em linguagem obscura e por demais prolixa.

É êste um dos exemplos notáveis, na história da ciência, de como um estilo

claro e elegante pode fazer triunfar a verdade, anteriormente mal compreendida por mal exposta.

Exemplo a ser considerado pela nossa geração, hoje tao preocupada com o raciocínio das palavras, com o precioso e o gongórico, para melhor confusao das idéias escassas.

A observação de Hutton estabeleceu que em geologia *o presente é a chave do passado*, princípio filosófico que é a pedra angular da moderna ciência da terra, na expressão de Schuchert.

Êsse livro foi o guia da geração de geólogos ingleses, do comêço do século XIX, o inspirador dos "*Principles of Geology*", de Sir Charles Lyell que, publicados em 1830, dominaram o pensamento geológico até a sua fase moderna, evolucionista ou lamarckiana.

Ora, em França, como em todo o continente, na primeira metade do século

XIX, ocorria na ciência geológica uma grande confusão que só veio a terminar nas proximidades de 1880. Resultou ela da influência formidável exercida no pensamento francês por dois gênios alemães, Werner (1749-1818), e von Buch (1774-1853) influência esta tão funesta à França como à ciência universal. Werner foi talvez o homem que exerceu maior poder sugestivo em gerações sucessivas de geólogos. Tornou-se um verdadeiro pontífice em Freiberg, onde exerceu o professorado, atraindo a atenção universal pela clareza de sua exposição metódica, pelo entusiasmo e eloquência com que discorria sôbre a ciência que denominou *geognose*, e que êle criara escavando velhas e esquecidas teorias. O seu grande êrro foi generalizar as valiosíssimas observações que fez nos estreitos limites da Saxônia e que o tornaram de fato um dos maiores vultos

das ciências que cultivou, generalizando-as ao mundo inteiro e ao ponto de erigir em uma universal filosofia geológica as conclusões a que chegou com restrita observação.

Foi o creador do *Neptunismo*, cujo postulado fundamental era que todas as rochas provinham de precipitações químicas realizadas no oceano e que portanto constituíam formações universais. A essa teoria se opôs Hutton cuja Escola deu nascimento ao *Plutonismo*, base da moderna geologia.

Von Buch, que Humboldt considerava como o maior geólogo do seu tempo e que Sir Archbald Giekie na sua obra *Founders of Geology*, reconhece como sendo o geólogo mais ilustre que a Alemanha produziu, foi, em uma parte de sua vida, um dos mais entusiásticos discípulos de Werner, mas, ao final, quem talvez mais tenha contribuído para a

queda do *neptunismo*, depois que seus olhos se abriram à observação de outros países.

Contudo, não de todo desligado do *wernerismo*, foi o creador, em 1826, de uma nova teoria, com applicação ao vulcanismo, a das *crateras de levantamento*. Esta teoria era infundada, o que não impediu que, lançada pela escola *wernerismo* que dominava a França, ela desorientasse ainda por mais 50 anos, a maioria dos geólogos franceses.

A concepção teórica do vulcanismo está evidentemente na dependência das idéias da filosofia geológica, e por isso deu à nova concepção de von Buch, em França, um vasto campo de expansão.

O fato é que por um século inteiro, de meados do XVIII a meados do XIX, a despeito de Lamarck (1744-1829) e de Cuvier (1789-1832), de Desmarest (1725-1815), e de D' Aubuisson (1769-1819), de

Bronhart e de tantos outros franceses que contribuíram para o progresso da Geologia, as influências de Werner e de von Buch, foram manifestamente prejudiciais à expansão do gênio geológico na França.

Dufrenoy e Elie de Beaumont, êste provido de grande lucidez de espírito, foram os dois mais altos representantes da ciência francesa que sofreram a poderosa influência de von Buch. Dominaram por dezenas de anos as discussões encarniçadas e estéreis, assim como avassalaram a opinião da maioria dos geólogos até além do meio século XIX, quando a obra de Fouquet, "*Santorin et ses éruptions*", só publicada em 1879, veio definitivamente derrocar as idéias de von Buch e fechar efetivamente êsse agitado ciclo da história da geologia.

A probidade que os homens de ciência, a despeito das mais extremas

concepções teóricas, se impõem a si mesmos no relatar fielmente os fatos observados, salvou um grande trabalho geológico que muito enaltece a ciência francesa da época.

Entretanto, êsse esforço no campo da Geologia pura, foi principalmente regional.

Pela mesma razão, da imensa obra de Werner, em sua maior parte destruída pelas conseqüências de seu próprio êrro, sòmente ficarão imorredouras as suas idéias relativas à sucessão geológica, e a enorme tarefa que realizou para a fixação dos caracteres litológicos das rochas.

Quando, em 1864, assistia Gorceix às primeiras aulas de Geologia no segundo ano da Escola Normal, ainda não estava terminada a célebre contenda concernente à teoria das *crateras de levantamento* que só em 1879, três anos depois de fundada a Escola de Minas de Ouro Preto, a

publicação dos trabalhos de Fouquet e Michel Levy vieram derrocar definitivamente.

Mas, Delesse era o catedrático de Geologia da Escola Normal e, como perfeito químico, havia empreendido o exame da composição das rochas por meio de análises químicas e mineralógicas. Dedicara-se ainda com especialidade ao estudo dos fenômenos de metamorfismo descobertos e definidos pela escola geológica inglesa oposta ao *werniarismo*. Os trabalhos que o celebrizaram sobre o *metamorfismo* foram apresentados ao Instituto de França em 1862, ao mesmo tempo que os de Daubrée e dois anos antes de Gorceix ser seu aluno. Os trabalhos de Daubrée foram ainda além, pois êle contribuiu imensamente para esclarecer o pensamento geológico francês com as suas experiências sintéticas geológicas

que enfeixou em uma obra notável e clássica que só se publicou em 1879.

Metamorfismo foi uma palavra criada em 1833 por Lyell, o geólogo inglês, para definir o conjunto de processos termodinâmicos de origem endogenética que determinam a transformação das rochas em novos tipos bem característicos, por meio de recristalizações e mudanças de textura e de estrutura, com ou sem adição de material estranho.

O metamorfismo era, pois, pela própria definição de Lyell um fenômeno essencial da filosofia *Huttoniana*. De onde se conclue que, Delesse e Daubrée estavam de longa data trabalhando em caminho seguro, e refractários à influência alemã da época, pisando um terreno abandonado pela maioria dos geólogos franceses.

Dos trabalhos dêsses dois últimos sábios, independentes, mas intimamente

ligados pelo mesmo princípio filosófico, rebelde ao pensamento geológico então dominante no continente europeu, nasceu e consolidou-se a amizade e a confiança entre ambos, e foi essa circunstância que determinou a indicação feita por Daubrée, a D. Pedro, do nome do discípulo e preparador de Delesse, para fundar a nossa Escola.

Fica bem claro, portanto, e importa assinalar a educação do fundador da nossa Escola, feita em uma época ainda de confusões e de incertezas da filosofia geológica, educação essa que obedeceu à influência exclusiva de um reduzido grupo de sábios franceses, que tinham verdadeira intuição científica e independência de idéias e que por isso haviam de se tornar sem demora os verdadeiros *leaders* da geologia em França.

Quanto à orientação individual de Henrique Gorceix, os seus primeiros trabalhos empreendidos na Grécia, entre 1869 e 1873, nos dão completos esclarecimentos.

Eis como êle encerra o estudo das fumarolas do vulcão Nisyris, publicado nos *Annales de Chimie et Physique*, em 1874:

“De ces observations recueillies sur place et de ces quelques études analytiques je crois pouvoir être en droit de conclure que le rôle de l’eau de mer, dans les phénomènes eruptifs dont Nisyros a été le siège, ne peut être mis en doute, et que tous, comme j’ai tache de le montrer, trouvent une explication facile dans la théorie des volcans due a Gay-Lussac, théorie á l’appui de laquelle les travaux de M. Fouqué ont apporté des nouvelles preuves”.

Gorceix ainda foi, portanto, um colaborador da grande obra que pôs por terra a influência de von Buch na França.

Pelo seu corajoso e pertinaz labor nas suas análises *in situ* dos gases quentes das fumarolas de Nisyros (onde êle teve de empregar processos e métodos próprios); pelo estudo químico e mineralógico das rochas vulcânicas de Cos; pelos estudos geologicos e observacoes de toda a ordem que empreendeu entre 1869 e 1874, na Achaia, em Coryntho, na Eubéa, no Laurium, na Thessalia, em Santorin e na Itália, e numa das erupções do Vesúvio, soube se revelar um homem empreendedor, de pertinácia e coragem, demonstrou também ser desde essa época um completo químico e mineragolista e um consumado geólogo, colaborador da mais adiantada ciência do seu tempo.

A organização da Escola

Depois de ter percorrido o Sul do Brasil e o Estado de Minas, afim de se identificar com o meio, e já conhecendo em todas as duas particularidades a organização do nosso ensino, tanto primário como secundário e profissional superior, apresentou Gorceix o seu plano de organização de uma Escola de Minas a ser fundada em Ouro Preto.

Essa exposição é um valioso documento, escrito com clareza, sem a mais leve preocupação erudita, demonstrando um perfeito conhecimento das condições do nosso ensino e ainda hoje merece leitura. Ele ali não entra na crítica da nossa organização do ensino superior, nem na do ensino secundário; mas sente-se que êle viu claramente as suas falhas porque justifica e fundamenta a orientação inteiramente oposta que resolvera adotar na nova organização.

Subdividiu em três os seus objetivos: 1º) fornecer diretores para as explorações mineiras e metalúrgicas; 2º) geólogos para a realização de estudos especiais dos terrenos do Brasil, sugerindo o levantamento da carta geológica do país; 3º) engenheiros para a fiscalização, por parte do govêrno, do trabalho das minas em benefício do operário e da própria indústria.

A fundação em vista realizaria, a princípio, uma simples experiência, mas, no programa elaborado êle já previa o desenvolvimento futuro.

Por isso preferiu êle começar erigindo a Escola nos moldes da de St. Étienne. Essa cidade que constitue desde o século XIV um centro de indústria carbonífera e é uma das mais velhas com indústria mineral na França, é a capital do departamento da Loire. A sua Escola de Minas, fundada no primeiro quartel do

século XIX, desde 1870 fornecia, com muito bom renome, engenheiros de minas e metalurgistas à indústria da região, com um curso mais rápido e menos sobrecarregado que o da Escola de Minas de Paris.

Com o desenvolvimento que teve, inclusive com a adição do curso de engenharia civil, ela hoje é um estabelecimento de ensino tão completo quanto o da Escola de Paris.

O plano proposto em 1875, por Gorceix, foi elaborado tendo em vista que na organização de tais instituições: *“devem-se levar em conta o gênio particular de cada povo, suas qualidades e seus defeitos, aproveitando êstes para o desenvolvimento daqueles”*. A raça latina, pondera êle, não tem a rigidez dos germanos, nem o espírito de iniciativa dos saxônios, mas tem muito desenvolvido o instinto da emulação.

O sistema brasileiro de ensino superior, nem limita a admissão, nem esta é feita mediante uma classificação por merecimento; além disso, não requer durante o curso obrigatoriedade de freqüência; apenas no fim de cada ano letivo, exige um exame, versando muitas vezes, sôbre um ponto restrito e prèviamente marcado, o que dá a medida do aproveitamento do aluno, até o momento em que êste recebe o diploma de habilitação profissional. Entretanto, em certos cursos, como no de engenharia de minas, êsse diploma só deve ser conferido depois de provas mais severas que as habitualmente usadas nos estabelecimentos de ensino superior do país. Por que, como o engenheiro de minas vai trabalhar para pessoas sem capacidade de avaliar a sua proficiência, são os seus diplomas uma melhor garantia de seu preparo.

A limitação do número de alunos, a sua admissão por meio de concurso; a classificação por merecimento, feita não só no exame final anual mas também durante os cursos; as aptidões pessoais demonstradas em constantes, senão diárias arguições, em exames parciais durante o ano letivo; a obrigatoriedade da frequência das aulas e a limitação da fixação do tempo das mesmas em uma hora e meia, a grande severidade nos exames finais com arguição vaga em que se repasse toda a matéria: a rigorosa e integral execução dos programas: - tal foi o sistema proposto e adotado na Escola de Minas em 1875, e que provou ser excepcionalmente vantajoso.

Foi esse sistema que prestigiou o nome da Escola e permitiu uma seleção de alunos como nunca se praticou em qualquer outro estabelecimento de ensino superior neste país.

Antes de organizar o seu plano, Gorceix percorreu o Estado de Minas com o fim de escolher a sede do futuro estabelecimento e também com o objetivo de avaliar a importância da indústria de ferro. Com surpresa verificou a existência de inúmeras fábricas que produziam ferro extraído dos minérios do país, por processos diretos, embora muito rudimentares, mas que forneciam ao mercado interno produtos que satisfaziam perfeitamente às necessidades locais. Essa indústria, que já contava em Minas uma existência de mais de 60 anos, prosperava, “apesar de uma fabricação empreendida sem guia e dos obstáculos que em virtude da falta dos meios de comunicações tornam muito difícil a venda desses metais”.

Por essa ocasião, Gorceix proferiu as seguintes palavras que encerram um conceito que só recentemente parece ter

tido descoberto pelos nossos publicistas: “O papel do ferro na indústria moderna é tal, que a supremacia pertencerá à nação que produzir a maior quantidade desse metal”.

Enquanto a solução dos grandes problemas de uma nação se restringem às discussões acadêmicas, a fantasias geradas pela cultura deficiente, à contenda dos pequeninos interesses regionais ou pessoais, todos êles muito subalternos, não se pode crear uma verdadeira consciência nacional, que dê solução a tais problemas.

Foi também pensando nessa necessidade urgente, de fornecer direção à indústria do ferro e às minas de ouro, já em plena decadência, que o fundador da Escola preferiu organizar um programa que permitisse, sem maior delonga, fornecer profissionais que satisfizessem a essa necessidade. E isso explica a

modéstia do que Gorceix elaborou e que entrou em vigor por fôrça do decreto n. 6026, de 6 de novembro de 1875, que regulamentou a nova Escola de Minas.

O primeiro curso, iniciado em 1876, tinha sòmente a duração de dois anos e estava restrito à especialidade da engenharia de minas, com a exigência de trazerem os alunos conhecimentos já suficientes de matemáticas e ciências físicas e naturais, adquiridos no Colégio Pedro II, ou nos dois anos do curso geral da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, que em 1874 fôra organizada pelo Visconde do Rio Branco. Mas, tais conhecimentos eram apurados em um concurso prévio de admissão, em que não podiam inscrever-se mais de 10 alunos, tantos quantos comportam o aparelhamento material da nova Escola.

“Sou o primeiro a reconhecer, disse Gorceix, que a obra que levei a cabo está

imperfeita. A Escola que inauguramos satisfaz somente em parte ao programa que deve ser seguido ... Mas não percamos de vista o fim da nova instituição: *formar engenheiros de minas*".

Que êle reconhecia a deficiência do nosso ensino secundário, em 1876, provam outras palavras que proferiu no mesmo momento inaugural: "O tempo, a experiência, mostrarão quais os melhoramentos a introduzir, um dos quais, a criação de um curso preparatório, é dos mais urgentes".

Os dois anos do primitivo curso estabelecido pelo regulamento de 1875 compreendiam um grande número de matérias que sobrecarregavam o ensino, e Gorceix declarou, no ato inaugural, que a quantidade de trabalho exigida dos alunos "era considerável mas não superior às suas forças". Com efeito, o programa ficou assim dividido: Primeiro

ano: física, química geral, exploração de minas, noções de topografia, levantamento de planos de minas, trigonometria esférica, geometria analítica, complementos de álgebra, mecânica, geometria descritiva, trabalhos gráficos, desenhos de imitação, trabalhos práticos de química, determinação prática de minerais, excursões mineralógicas durante as férias. Segundo ano: geologia, química dos metais e docimasia, metalurgia, preparação mecânica dos minérios, mecânica e estudo das máquinas e construção, estereotomia, madeiramento, trabalhos gráficos, legislação de minas, trabalhos práticos em metalurgia, de química e de geologia.

A execução de um tal programa só seria realmente possível com o sistema de seleção, mediante concurso, e com o regime obrigatório de aulas (para mestres

e professores) e um ano letivo de 10 meses porfiados.

Êsse primeiro curso foi inaugurado com 3 professores, Henrique Gorceix, Armando Bovet e Arthur Thiré e dois repetidores preparados, Leônidas Botelho e Archias Medrado.

“Os professores da Escola só podem ser e só serão professores”, anunciou Gorceix em seu discurso inaugural.

Evidentemente, a prática e os métodos de ensino introduzidos em Ouro Preto vieram da Escola Normal Superior e não de St. Etiénne. Foi o seu método pedagógico e o seu excepcional senso prático que permitiram o sucesso de nosso instituto de educação profissional.

Henrique Gorceix, como perfeito normalista que foi, era homem de uma rigorosa probidade científica. Orville Derby costumava louvar êsse traço fundamental do seu caráter. Uma outra

característica de sua personalidade foi o profundo interêsse que êle mostrou por nossa terra e pelos seus problemas vitais.

Êsse interêsse decorria também, em parte, da sua condição de naturalista. Por via de regra, os naturalistas que aqui se demoraram e estudaram o nosso meio, se apaixonaram pelas nossas cousas e pela nossa gente. Saint Hilaire e von Martius dão disso exemplos típicos. Creio que em Gorceix aquele sentimento ainda teve maior intensidade, o que é explicável pela sua dupla condição de naturalista e de educador e também porque poude ter mais demorado tempo de observação entre nós.

Como exerceu uma influência pessoal muito acentuada na mentalidade dos seus alunos, soube êle inspirar-lhe um verdadeiro espírito científico e neles desenvolver o interêsse pelas nossas

cousas, principalmente pelos problemas nacionais relacionados com a profissão.

São inúmeros os profissionais saídos da Escola de Minas que abnegadamente se têm ocupado dos grandes interesses do país, e dêles certamente o mais representativo é Calógeras.

É fora de dúvida que o primitivo curso da Escola inaugurada em 1876 era excessivamente pesado para a capacidade média dos alunos. Sê-lo-ia em qualquer outro país. O respectivo regulamento tinha apenas caráter provisório e logo depois foi alterado, em 1877, sendo-lhe anexado um ano de curso preparatório. Em 1880 os cursos passaram a 4 anos e em 1885 a 6 anos, 3 preparatórios e 3 superiores, sendo mantido o concurso de admissão para que apenas limitado número de alunos se matriculasse no curso superior.

O desenvolvimento das ciências puras e profissionais obrigou a sucessivos aumento de cursos. Em 1882, com a introdução das matérias de estradas de ferro, a duração dos estudos passou a ser de 5 anos; em 1885 ficou sendo de 6 anos, com o curso completo de engenharia civil ministrado conjuntamente com o de minas e dando direito ao diploma de engenheiro de minas e civil. As ampliações se sucederam para a introdução de cursos mais desenvolvidos de eletrotécnica e química industrial, até a última reforma que manteve 6 anos o curso e os exames prévios de matemáticas elementares e das noções gerais de ciências físicas e químicas feitos na própria Escola, o que virtualmente eleva a 7 o número total de anos de curso.

Essa feição particular do ensino da Escola resistiu ao prurido de reformas do novo regime e conservou-se em seus

princípios gerais intacta até hoje. Êsse fato por si prova a excelência da organização modestamente iniciada em 1876.

A fisionomia da Escola

Até 1886 funcionava a Escola de Minas em dois edifícios contíguos e comunicáveis, de comodidades e aspectos desiguais. Uma velha casa da rua das Mercês, situada ao nível da elevada praça Central, que dominava o anfiteatro da cidade, em cujas extremidades se defrontavam os dois palácios coloniais: o do Governador e a Cadeia ou velha casa da Câmara.

Naqueles dois casebres que haviam servido como Liceu Mineiro e Repartição de Obras Públicas, foram feitas as adaptações necessárias aos novos cursos e neles instaladas as primeiras coleções

mineralógica e geológica, os laboratórios de química e docimasia, os gabinetes de física, botânica e a biblioteca.

Instalação modestíssima, pois para tudo isso votaram as Câmaras Gerais a verba de 60:000\$000. Cêrca de 12 anos mais tarde, em novo edifício contíguo, especialmente edificado para êsse fim, foram acrescentados laboratórios químicos, que até ruírem, quando abandonados, conservaram as suas faces vermelhas de tijolo contrastante com as velhas paredes dos dois outros casebres.

O aspecto do conjunto era de pobreza, mas com a experiência de Gorceix ficou a Escola perfeitamente provida de tudo que era absolutamente necessário, sem nada haver de mais ou de inútil. Nada foi posto ali para ser mostrado nas vitrines. Assim foi possível desde o início ministrar-se o ensino prático das ciências naturais e aplicadas e

também efetuarem-se os trabalhos originais e de pesquisa que o meio comportava.

Em 1876 ainda não se reconhecia como hoje o aparelhamento material de um estabelecimento de ensino superior nem se concebiam instalações como tiveram depois as universidades norte-americanas.

Dessas modestas instalações tiraram os professores os máximos resultados, desenvolvendo nos gabinetes e laboratórios trabalhos tão freqüentes quanto completos, como realmente não se fazia em nenhuma Escola Superior do Brasil, naquela época. E para o ensino técnico, dizia sempre Gorceix: “as minas, os estabelecimentos industriais, serão os melhores livros de nossa biblioteca”.

Logo nos primeiros anos os seus alunos foram forçados a longas excursões, a cavalo, no interior do Estado, de mais de

um mês de duração, acompanhados do professor, para estudarem a indústria e a geologia. E dêsse tempo datam as monografias e observações originais que fizeram, a princípio publicadas nos Anais do Museu Nacional e depois nos Anais da própria Escola, para êsse fim creados.

A feição característica do ensino era a obrigatoriedade da freqüência, o estudo aprofundado do essencial das matérias, e a applicação desenvolvida das teorias.

As faltas eram restringidas a um número a um número limitado durante o ano. Não eram reveladas. Os alunos permaneciam quase todo o dia na Escola. Começavam os cursos às 7,30 ou 8 horas da manhã, com hora e meia de preleção e argüição e até 3 e 4 aulas se sucediam em um mesmo dia. Terminavam em geral às 5 horas da tarde. Alguns professores excediam o tempo de hora e meia de aula, ocupando-o em seguir um dos alunos. Archias

Machado, professor de matemática superior, chegou a dar aulas de 2 horas e mais, para poder executar o seu programa, pois quando cismava que um aluno não o havia bem compreendido, chamava-o à pedra e repetia parte da preleção. Dias certos na semana eram exclusivamente dedicados aos trabalhos de laboratórios; mas nos intervalos das aulas os gabinetes eram franqueados aos alunos que quizessem terminar ou prosseguir em seus trabalhos.

Aos domingos pela manhã e até à hora do almoço havia trabalhos práticos de química qualitativa, de botânica ou de geologia e determinações mineralógicas ou geológicas dos minerais, rochas e fósseis.

No ensino das matemáticas fazia-se o exercício obrigatório de problemas e épuras a serem resolvidos em casa.

As notas dos professores eram dadas em uma escala variável de 0 a 20, e constituam para cada disciplina, exercício prático, de laboratório ou de gabinete, médias parciais de onde se tirava uma média geral que correspondia à aplicação do aluno. A ausência do aluno chamado à argüição ou à hora regulamentar de um trabalho de laboratório correspondia a um invariável zero que afetava a média geral e quando esta era inferior a seis, importava na privação do exame final anual.

Uma nota entre 10 e 15 era considerada muito boa e notas superiores eram raras e excepcionais, ou constituíam privilégio de alunos não sòmente muito inteligentes mas ainda muito aplicados.

Enquanto Gorceix dirigiu a Escola, maior era o rigor para com os professores quanto às falhas às preleções. Professores

houve que no decurso de muitos anos não falharam a uma só preleção.

Estas eram proferidas sem atropelo, pausadamente e era de praxe tomarem os alunos as suas notas detalhadas em cadernos especiais para isso. Os professores os acompanhavam nesse trabalho e por vezes chegavam a repetir palavras e mesmo frases inteiras. Esta praxe se justificava plenamente. Para as ciências físicas e naturais, e para as ciências aplicadas à engenharia de minas não havia compêndios estrangeiros (os nacionais não existiam ainda) que permitissem ao aluno acompanhar os cursos.

Não sòmente pela freqüente aplicação dos exemplos e dos casos brasileiros, como pelo maior ou menor desenvolvimento dado às matérias conforme as condições particulares da indústria aplicável à situação e às

condições do país, não podia haver ainda para o ensino lucros especiais. Além disso, alunos pobres nem sempre estavam em condições de adquirir todos os livros, em geral franceses, necessários aos seus estudos.

Por isso notavam os professores em certo rigor os estudantes que uma ou outra vez deixavam de escrever as preleções. Eles eram, com efeito, indispensáveis, salvo para as matemáticas puras, cujos cursos eram feitos pròximamente de acòrdo com os programas e com os melhores compêndios franceses.

Em geral, todos nós possuímos os melhores autores franceses de todos os cursos, para exame e consulta e o estudo neles fazíamos guiados pelos nossos cadernos de notas.

Entre alunos e professores havia muito respeito, mas completa confiança.

Deveriam ter havido notas injustas mas por excepção, nunca traduzindo uma antipatia ou indisposição pessoal; proviriam de uma falsa apreciação das qualidades do aluno e da sua aplicação aos estudos.

Os exames eram vagos e transcorriam metòdicamente por um mês inteiro, de 15 de maio a 15 de junho, com dias e horas prèviamente marcados logo depois de encerradas as aulas.

Só ao lente competia examinar os alunos de sua cadeira. Comparecia, pois, sem qualquer outro acompanhamento, só êle julgava. O aluno também se apresentava sósinho, sem a assistência de colegas e o exame se fazia entre portas fechadas, discípulo em face ao professor, sem nada que os pudesse perturbar. O exame era feito argüindo o professor ao aluno, sôbre as lições sucessivas, em geral na ordem consignada nos cadernos de

aulas, e salteadamente de modo a abranger o mais possível o programa realizado no curso.

O tempo de hora e meia não era de rigor, porém, algumas vezes era excedido. Archias Medrado, de uma feita, examinando um aluno que não distinguia muito pelos predicados intelectuais mas que era aplicado, depois de argui-lo por cêrca de três horas, como caísse o dia e para facilitar-lhe a oportunidade de melhor mostrar o seu preparo, mandou que voltasse êle no dia seguinte. Assim prosseguiu êle no outro dia por mais hora e meia, mas nem mesmo assim poudo o professor salvá-lo, porque o reprovou. Os alunos reprovados no curso fundamental em geral abandonavam a Escola. No curso superior muitos houve que repetiram o ano.

A autoridade e a disciplina de Gorceix sôbre professores e alunos era tão grande

que aqueles não cometiam injustiças nos exames nem êstes, se reprovados, deixavam de reconhecer a justiça do ato. As notas das argüições, e dos exercícios práticos e a frequência no ano letivo, permitiam antecipadamente um seguro juízo entre os alunos, dos resultados dos exames e raramente êsse consenso falhava.

Êste regime apenas permitia que o trabalho esforçado muitas vezes superasse o talento, mas, sob o ponto de vista pedagógico havia nisto até um estímulo.

Uma figura dominava a Escola, aos alunos e lentes indistintamente, era Henrique Gorceix.

Os fundos da sua residência da sua residência eram constituídos por um jardim e pomar dispostos em degraus, terminados em um grande muro de arrimo que fazia, ao longo da rua estreita, face à Escola. Um pequeno portão aberto

nesse muro permitia a rápida comunicação entre a casa do Diretor e o seu instituto. Se Gorceix não se achava na Escola sabíamos todos que estava bem próximo.

Muito cedo, às 7 horas estava em seu gabinete, contíguo no seu pequeno laboratório privado. A essa hora matinal ou pouco antes do almoço, êle percorria os cadernos de registro das aulas, onde anotavam os professores o índice das preleções proferidas, a nota do aluno argüido e as respectivas falhas. Guardava-as de cór e quando não chamava ao gabinete o aluno para exortá-lo ao cumprimento do seu dever que era estudar, aguardava um encontro fortuito e, no vestibulo ou em um corredor, apressadamente, meneando a cabeça, gesticulando fortemente, lançava em face ao surpreendido, entre interjeições

repetidas, uma frase de reprovação ou de elogio:

“Eh!... Bah... meu amigo, está me vadiando! 5, hein?”. Ou então: “Bravo, 18!”. - E veloz desaparecia.

Essa fiscalização era tão rigorosa com relação aos alunos quanto aos professores e por efeito dela cumpriam escrupulosamente os seus deveres.

Em meu tempo, entre 1888 e 1894, a quase totalidade dos professores era composta de antigos alunos da Escola ou de membros do corpo docente ao tempo da fundação e portanto inteiramente identificados com o regime e com os métodos de trabalho de Gorceix. Havia então uma perfeita identidade de vistas entre o diretor e os professores.

Essa rigorosa disciplina e grande espírito de justiça que Gorceix soube sempre inspirar permitiam uma grande

harmonia e mútua confiança entre os corpos docente e discente.

No edifício da Escola, nos corredores, nas escadas ou nos seus pequenos vestibulos, nunca houve algazarras de alunos, nem conversas em vozes altas, sem que isso significasse ausência da jovialidade natural dos estudantes. Dir-se-ia que todos eram cortezos e finos, como de fato o eram, enquanto permaneciam na Escola.

Contrariamente ao que sucedia nos demais estabelecimentos de ensino superior no Brasil, os novos colegas, os chamados *calouros*, eram recebidos cordialmente, sem qualquer manifestação agressiva ou de excessiva jocosidade.

Os alunos dos cursos superiores desde o dia da abertura dos cursos se esforçavam em ser úteis aos novos colegas e lhes ministravam informes, pondo-os ao corrente da praxe, das regras do instituto

e das características pessoais dos professores.

Não sei como se estabeleceu essa praxe em Ouro Preto; mas ela estava inteiramente de acôrdo com o feitio moral de Gorceix, que certamente não teria permitido outro regime.

Mesmo na Escola Normal Superior de Paris, todos os anos havia o *canularium des conscrits*, divertimento os novos alunos, os *conscrits*, eram obrigados a proferir no alto do fogão da sala de estudos, um discurso obrigado a “calembours” do próprio nome, entre vaias e assobios dos veteranos, e que tinha de acabar na célebre dança da sarabanda. Semelhante cena, para o caráter altivo e independente de Gorceix, que foi sempre incapaz de furtar ao trabalho um só minuto do tempo precioso, não podia deixar de parecer simplesmente um vestígio de barbárie.

Mas, fora da Escola, gozávamos naturalmente de toda a liberdade e a vida do estudante de Ouro Preto tinha o seu ambiente próprio, era muito mais afetiva e pelo menos tão intelectual quanto a vida do estudante das nossas Faculdades nas grandes cidades. Apesar do reduzido tempo disponível para a diversão, havia lugar para as expansões joviais e coletivas.

Reuniam-se os estudantes, à tardinha, na rua São José, a única plana da cidade, onde passeavam aos magotes, quando em grupos não realizavam excursões aos arrabaldes.

Os de espírito mais boêmio quedavam-se nos restaurantes daquela rua principal, enquanto outros conversavam em suas repúblicas ... Mas, pelas 7 ou 8 horas da noite, entregavam-se todos aos estudos. Em véspera de domingo ou de feriados era maior a algazarra na rua e, por vezes, entrava esta

pela noite a dentro e se transformava em serenata, ao som de algum violão. Os estudantes mais sisudos ou de melhor reputação furtavam-se ordinariamente a essas expansões.

Em meu tempo o materialismo de Darwin propagado por Spencer e Huxley, dominava o pensamento juvenil e as lições de nossos mestres ainda mais dêle nos aproximavam. Mas a feição prática do ensino não favorecia ao desenvolvimento do snobismo por tais idéias. Realmente, os nossos estudos nos davam muito maiores preocupações que quaisquer idéias filosóficas.

Gorceix era católico, mas seu espírito científico e independente não se imiscuía em nossas crenças. Leônidas Damásio Botelho, professor de botânica e zoologia, foi evolucionista ardoroso e livre pensador, terminando, porém, por converter-se à fé católica, ao fim da vida.

Archias Medrado sempre foi livre pensador. Êle e Leônidas foram os professores de mais intensa vida intelectual da Escola, durante o meu curso e os que maior influência exerceram no espírito de seus alunos.

O positivismo não encontrou ambiente propício em Ouro Preto.

Comte teve ali poucos adeptos.

Não eram só os professores que inspiravam aos alunos o amor à nossa terra, abordando problemas nacionais e ministrando conhecimentos das nossas coisas nos cursos de ciências naturais e nos de minas e metalurgia. O meio também favorecia àquele sentimento.

A velha cidade, cheia de tradições, de ruínas que falavam ao coração, edificada entre montanhas revolvidas pelos bandeirantes à procura do ouro, rememorava a cada passo um nome glorioso na taboleta das suas ruas, nos

sítios históricos, nos seus monumentos coloniais, no passado ainda vivo, na tradição de sua gente. Assim, em nossas moradias, um constante assunto de conversa era a história do povoamento e das minas, das bandeiras, da opulência e das misérias dos tempos coloniais que Diogo de Vasconcelos tão bem nos romantizava em sua admirável prosa. Não é de admirar que dêsse ambiente tenham saído dois historiadores como Calógeras e Lúcio dos Santos.

Conquanto Gorceix exercesse uma enorme autoridade sôbre os seus discípulos e tivesse uma grande veneração pelo Imperador, jamais atentou com um só gesto a liberdade de pensamento dos estudantes ou contra o espírito democrático que em 1888 já avassalava a mocidade.

Muito antes de 1889 a Escola tornara-se um ninho de combatentes contra o

regime monárquico. Entre os professores, Leônidas Damásio, Archias Medrado, Antônio Olímpio, Domingos Rocha, Domingos Porto, Bernardino de Lima, foram republicanos históricos, ativos e proeminentes membros do partido.

Quando Silva Jardim foi a Ouro Preto em propaganda republicana, o auditório era em grande parte composto de professores e estudantes da Escola. Contudo, mestres e discípulos, prestavam o mesmo culto de admiração ao monarca em que viam o maior, senão o único protetor da Escola, e reconheciam o valor do apôio incondicional que êle dava a Gorceix.

Se dentro do recinto da Escola, jámais houve entre estudantes a menor manifestação política, fora dela estavam inteiramente livres de expandirem os seus sentimentos, sem receio de qualquer consequência.

Manifestações ostensivas, por motivos republicanos, fizeram aos alunos da então Escola Militar, quando em visita oficial a Ouro Preto com seus mestres e à revelia de todos êles.

Era natural que, havendo esta forte corrente republicana, e dada a tensão dos espíritos muito antes de 1889, a política preocupasse os estudantes. Entre os próprios alunos do curso superior surgiram várias figuras que, militaram no partido republicano e que logo depois de proclamada a nova forma de govêrno, ocuparam posições de destaque e até se tornaram políticos eminentes, assim Pandiá Calógeras e C. Siqueira, êste cedo falecido.

A primeira presidência interina do Estado coube a um professor da Escola, Antônio Olinto dos Santos Pires, depois Ministro da Viação. João Pinheiro, pouco antes da proclamação, se havia

estabelecido em Ouro Preto e, como chefe do partido, fundara ali um jornal onde colaboravam ativamente Calógeras, Cupertino Siqueira e professores da Escola, e êle a considerava em 1888 como um baluarte do partido. Proclamada a república, vieram logo as desinteligências. Leônidas Damásio Botelho, a mais brilhante figura da Escola, e Archias Medrado, um dos seus maiores talentos, foram postos à margem de todas as combinações. Medrado foi até preso e Diogo de Vasconcelos, conversador sem rival e monarquista, glosava ironicamente o incidente e comparava o amigo, quando encarcerado, a uma onça bravia enjaulada. Não foram êsses dois enviados nem à Constituinte, nem mais tarde às Camaras, como aconteceu com Antônio Olinto, Domingos Rocha, Domingos Porto, Bernardino de Lima e

posteriormente Cupertino Siqueira, Calógeras e Costa Sena.

A ausência de tão grande número de professores não podia deixar de trazer uma grande perturbação no ensino e de desorientar a Gorceix, então suspeito aos dirigentes republicanos mineiros como amigo pessoal do Imperador. O fato ainda mais se agravou com a dissidência entre os professores republicanos. Esse incidente trouxe complicações. Benjamin Constant apoiou fortemente a Gorceix, enquanto ministro, mas veio a falecer em princípios de 1891. A situação tornou-se intolerável e a 14 de outubro desse mesmo ano, retirava-se Henrique Gorceix definitivamente da Escola, sob manifestações inequívocas de pesar da unanimidade dos alunos, deixando o corpo docente cindido, todo êle empenhado em lutas internas.

Pouco depois restabelecia-se a ordem e a Escola voltava à sua vida normal.

Com a mudança do regime político, Ouro Preto passou por uma grande transformação.

Ainda em 1888 era uma cidade bastante atrasada, de vida modestíssima e burocrática. Os verões muito chuvosos e neblinados, a vila quieta, as ruas mal calçadas e pior iluminadas, davam uma impressão de tristeza. Os Presidentes da Província, intermitentes, que ali iam muitas vezes apenas passar as férias parlamentares, não raro sem família, sempre foram bastante indiferentes aos interesses da cidade. A displicência de tais personagens não era de molde a animar a vida social da urbe. Quando se reabriam as câmaras na Côrte, êsse cavalheiro partia a cavalo pela estrada do Funil ou pela do Saramenha, conservador ou liberal, entre os foguetes de dinamite e o

tamborilar de latas de querosene escondidas nas moitas dos caminhos íngremes e pedregosos.

Com o novo regime republicano, Minas passou a ter só presidentes mineiros que ali se fixavam com perspectivas de tempo mais dilatadas e que começaram não só a olhar a antiga província com mais carinho, como a melhorar sensivelmente a capital. Perdeu Ouro Preto aquele seu antigo aspecto por demais provinciano, algumas famílias de haveres passaram a residir na Capital do Estado, o comércio tornou-se mais ativo, a atividade profissional aumentou e a vida social ganhou maior intensidade. Cesário Alvim iniciou as recepções noturnas semanais em Palácio, obrigadas a “smoking” ou casaca e que acabavam em saráus dançantes. Afonso Pena, que lhe na Presidência, manteve-se com o mesmo rigor. O exemplo do Palácio foi imitado

pela gente mais abastada da cidade e assim muitos estudantes passaram a ter vida social e a se preocuparem com assuntos de elegância.

A história dos noivados ouropretanos conta romances interessantes e vários dramas. Rapazes levianos tornavam-se noivos por 6 anos e por fim desfaziam os noivados com escândalo e geral desaprovação e sem outro fundamento que o de se irem.

Por êsse tempo o velho teatro da rua do Carmo, cujo páteo está muito abaixo do nível da calçada da estrada, teve o seu período áureo. Por lá passaram Emanuel, o maior trágico italiano de sua época, a Lopícolo e a sua gente, o grande Novelli e a sua elegante companhia e também o popular ator Brandão, quando já de voz enrouquecida. Assim, no mesmo palco estreito e acanhado, passaram a curtos intervalos e sucessivamente, Hamleto, a

Dama das Camélias, a Mascote, os personagens de Goldani e de Molière e os fantasmas dos medalhões, que fizeram a delícia dos nossos avós.

Alguns mineiros formados em São Paulo começaram a preferir a capital para iniciarem ou melhorarem a sua carreira. Afonso Arinos foi a figura mais brilhante desse tempo. Fundou o seu salão, freqüentado diàriamente por intelectuais como Raimundo Correia, Gastão da Cunha, Sabino Barroso, Rodrigo de Andrade, Afrânio de Melo Franco, Edmundo Veiga, Monteiro de Andrade, salão que se tornou o refúgio dos forasteiros perseguidos pelas agitações políticas do Rio, tais como Olavo Bilac e Coelho Neto, e onde compareciam também advogados e outros profissionais que vinham com freqüência a Ouro Preto, assim Meara Costa, Mendes Pimentel, o

pianista Malho e o barítono Carlos de Castro.

Sob tais influências, começara a vida do estudante a mudar de ambiente, a se complicar e a perder a sua primitiva feição simples e peculiar.

Mas todo êsse brilho social apagou-se repentinamente e a vida do estudante passou a ser simples como dantes no dia em que parte da população e a burocracia em pêsso se foi instalar em Belo Horizonte.

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO
DIRETOR DA ESCOLA DE MINAS NA
COLAÇÃO DE GRAU DOS
ENGENHEIROS EM 1929**

Domingos Fleury da Rocha

Exmos. Srs. representantes das altas auctoridades civis e do clero; exmos. Srs. professores; exmas. Senhoras; meus senhores; meus jovens collegas:

A oração brilhante que acaba de proferir vosso insigne mestre também meu sabio e querido mestre, com tanta felicidade por vós eleito para falar-vos, em nome da corporação a que tenho a honra de presidir e em nome de vossos collegas, no momento justo em que ides deixar o seu convívio, foi mais uma licção bellissima, cheia de preciosos ensinamentos e judiciosos conceitos, que promanam de sua esclarecida intelligencia, vasto saber e longo tirocinio, enriquecidos de proveitosos conselhos

brotados de um coração generoso e moldados em um caracter impoluto.

Sinto-me feliz em congratular-me comvosco pela inspirada escolha que fizestes de vosso paranymphe e pela significativa homenagem que rendestes a vossos mestres; são manifestações eloquentes de carinhosa gentileza, que revertem integralmente a nossa Escola, cujo engrandecimento scientifico e moral é fructo do labor proficuo e dedicado de seus mestres e de seus filhos.

Há mais de meio século, meus jovens amigos, sahidas desta casa, onde o maior esforço encontrava sua exacta expressão no culto do trabalho e do dever, plêiade de espíritos valorosos - a que vos vinculaes alguns pelos laços mais estreitos da consaguinidade, todos por affectuosa admiração - cõscios das responsabilidades que lhes cumpriam, vem tecendo, na honesta e laboriosa

obscuridade dos postos subalternos ou na evidencia flagrante das situações de maior realce, o manto precioso do conceito dignificante que nos acoberta, a valer-nos, em expressivo contraste, menos pelo que nos orgulha, mais pelo que nos opprime o dever precipuo de sopesal-o.

A victoria incontestada que alcançastes, conquistando o diploma de engenheiros, fazendo-vos participar dessa grei illustre, impõe a cada um de vós obrigações inilludiveis, gera novos e pesados encargos.

Consubstanciado em perfeita e harmoniosa communhão de aspirações triplices, ides agora realizar o objectivo collimado pelo vosso ideal; anhelos da patria estremecida, que tanto espera de vossa operosidade honesta e e conscienciosamente exercitada; da Escola, em que terçastes vossas primeiras armas e cujo nome vos cabe glorificar como têm

feito vossos predecessores, e, finalmente, as legitimas e ardentes esperanças daquelles que vos são caros, a cujos constantes desvelos e carinhosa solitudine deveis, mais do que a vós mesmos, o festejar jubiloso com que coroaes vosso merecido triumpho.

Encetaes a vossa carreira sob os mais felizes auspicios. O surprehendente desenvolvimento economico do paiz, conseqüente a um periodo calmo das realizações fecundas e bem orientadas, não dispensará a efficiente collaboração daquelles que, como vós, são portadores de tão valiosas credenciaes.

Ao lado do progresso material, uma onda de salutar idealismo agita neste momento a intellectualidade patria, desvendando-nos perspectivas seductoras. Diffunde-se a instrucção e a educação, e a iniciativa privada, norteada por denodados pioneiros partidos das Universidades e

escolas, começa a secundar efficientemente a acção intensiva dos poderes publicos.

Esse impulso tão animador e tão patriótico, essa tarefa assim utilitaria quão grandiosa pelos seus propósitos e resultados praticos - precisam ser completados. Por muito que represente, não bastará por si só para realizar a almejada correspondencia entre o que tem permitido a pratica e os ideaes supremos que constituem a essencia do nosso regimen politico.

Um dever moral, não menos imperioso, complemento indispensavel da instrucção elementar que se dissemina, força-nos a attentar para a situação economica precaria da grande massa de nossa população, quasi aniquilada na lucta ingente que ha vários seculos vem travando contra a propria natureza, pagando-lhe um tributo que já se nos

afigura extorsivo. Dar-lhes apenas o pão do espirito não será talvez leval-a a morrer, como novo Moysés, na visão distante da terra prometida?

Engenheiros de minas, não podeis afagar aquellas tão decantadas e fagueiras illusões sobre as possibilidades patrias no que respeita a recursos do sub-solo. Desvanecidas as esperanças de riquezas immediatas, não é sem justificado receio que, debalde, pesquisamos a occorrenca de elementos capazes apenas de restituir ao solo, a se exaurir rapidamente pelo desenvolvimento fatal de sua permanente exploração, os principios fertilizantes, que ainda hoje fazem do tamanho das terras o mais forte alicerce da fortuna nacional.

Ampliam-se os horizontes dos conhecimentos, aprofundam-se as indagações e mais sombrio se torna o prognostico. Álcalis, nitratos, phosphatos ... onde os encontrar?...

Incauta ou deliberadamente, destroem-se florestas seculares e o solo desnudado esteriliza-se, sem que nos seja possível restaurar-lhe a primitiva pujança!

E a raça definha, o homem do sertão, o caboclo cujo heroísmo inspirou ao gênio de Euclides da Cunha paginas immortaes, resignado e soffredor, agoniza lentamente, pagando com admiravel estoicismo o tributo da propria vida á terra cujas agruras não sabe nem pode dominar.

É elle, no emtanto, o symbolo, senão a syntese de nossa raça e aos seus destinos solidariamente irmanados estão os da propria nacionalidade!

Para subtrahil-o a essa angustiosa servidão, faz-se mister uma nova campanha abolicionista, mais laboriosa sem duvida do que aquella que teve por epilogo glorioso a Lei Aurea da redempção ; pois que, para conduzil-a ao

triumpho, não bastam o sentimentalismo eloquente de tributos ardorosos nem o estro arrebatador de poetas condoreiros.

Confinado no dominio objectivo dos factos e das realidades, e não no campo das idéas ou dos principios, esse movimento libertador deverá visar directamente o homem, em seu aparelhamento para a lucta, isto é, em seus attributos e qualidades, e o meio em que opera, apreciado pelo duplo facies de suas possibilidades e deficiencias.

Meus jovens amigos.

Pelo estudo das sciencias que se relacionam com a crosta terrestre, ensinando sua natureza, formação, constituição intima e as leis que regem sua incessante transformação, partes integrantes do curso de minas, estaes aparelhados a perceber em toda a sua extensão a importancia e a gravidade do problema a que nos cumpre dar solução.

E esta solução estará ainda dentro da orbita da geologia economica, cuja intervenção é imprescindivel a todas as realizações industriaes que encontram no solo a sua razão de ser ou delle retiram os elementos indispensaveis á sua existencia.

Rumando vossa actividade para essa ordem de problemas, ainda estareis dentro do vasto dominio das sciencias que incorporastes ao vosso valioso patrimonio intellectual.

Aonde quer que vos conduzam os azares da fortuna, meditae sobre esse quadro social que tão doloroso se nos offerece, e procurae contribuir com o vosso esforço, saber e patriotismo para a redempção material e espirital de nossa gente, certos de que, assim fazendo, tereis servido leal e nobremente á patria e contribuido valiosamente para a sua prosperidade.

Depois das palavras que a meus jovens collegaas me inspirou o coração de mestre e amigo, seja-me permittido apresentar-vos, exmas. senhoras e meus senhores, em nome da Escola de Minas, os mais vivos agradecimentos pela honra que com vossa assistencia a esta significativa cerimonia conferis a este tradicional estabelecimento de ensino, a que um longo passado de esforço e dedicacão, alliado á renuncia, ao desprendimento e aos sacrificios de seus mestres e funcionarios, já confere um brazão de honra, já representa um patrimonio moral digno do mais acrisolado respeito.

A's altas auctoridades civis, militares e religiosas, que se dignaram participar desta solemnidade, pessoalmente ou por seus dignos representantes, cabem o dever precipuo de declarar que esta escola, habituada ás constantes

demonstrações de sua elevada consideração saberá ser sinceramente agradecida ás attenções que mais uma vez tão benevolamente lhe concedem.

Em particular, ás famílias dos meus jovens engenheiros, cujo futuro antevejo brilhante e feliz, como o sabem merecer, e nas quaes se encontram mestres illustres e profissionaes notaveis, de que justificadamente nos orgulhamos, seja-me licito dizer que, após a longa tarefa que se remata, esta Escola lhos devolve tão confiante em seu valor moral e intellectual, como anhelavam ellas no dia em que, por uma inspiração feliz nol-os entregaram em plena floração de sua adolescencia promissora.

**SEGUNDA
PARTE: DEBATE
SOBRE O
MOVIMENTO
PARA A
AMPLIAÇÃO DA
ESCOLA DE
MINAS DE OURO
PRETO**

UNIVERSIDADE DE OURO PRETO²

Washington Moraes de Andrade

A independência dos Estados Unidos, em 4.7.1776, teve grande repercussão no Brasil, influenciando e encorajando nossos patriotas a lançarem-se em um movimento de insurreição que nos desse a independência política tão ardentemente almejada.

Esse movimento, que passou à História com o nome de INCONFIDÊNCIA MINEIRA, desenvolveu-se no ano de 1789 e teve, por palco, esta “mui leal e nobre Vila Rica de Albuquerque”.

Até hoje, nesta Cidade, cada rua, cada casa, cada calcada guarda ainda, daquela conjura, na perenidade do tempo, as palavras que foram ciciadas com medo,

² Reproduzido de texto do citado Professor. S.d.

de ouvido a ouvido, pelo receio de chegarem ao conhecimento das autoridades reinóis contra quem eram proferidas.

Nesse movimento empolgante, de que a nossa História aqui recolheu e guardou as suas mais belas páginas, destaca-se, ímpar e inconfundível, aglutinadora e fanatizante, a figura do Alferes Joaquim José da Silva Xavier - TIRADENTES, em torno da qual se reuniu uma plêiade brilhante de brilhantes intelectuais cuja cultura havia sido aurida nas melhores academias européias, uma vez que não existiam aqui estabelecimentos de ensino superior.

Esses intelectuais foram buscar, em um verso de Virgílio, a divisa inspiradora que lembraria sempre a meta tão ambiciosamente cobiçada:

“LIBERTAS QUASE SERA TAMEN!” “LIBERDADE AINDA QUE TARDIA!”

Eles a incorporaram em suas preces diárias, implorando a Deus a liberdade que nos daria um grande País, com as dimensões de um continente!

Foram eles também que, ao programa político da INCONFIDÊNCIA MINEIRA, incorporaram a criação de uma UNIVERSIDADE em Ouro Preto, a fim de que o nosso povo, pela elevação de sua cultura, melhor pudesse apreciar e consolidar a nossa independência, melhor pudesse governar e fazer progredir a nova nação soberana, cujo futuro sonhavam grandioso!

Nossos inconfidentes sabiam das dificuldades que teriam de vencer e das lutas cruentas que haveriam de travar para alcançar sua grande meta! Sabiam que a liberdade não se implora de joelhos;

conquista-se com armas na mão! Mas o que não sabiam era que existia, entre eles, um delator - Cel. Joaquim Silvério dos Reis - que, causando a desgraça de todos, faria malograr a INCONFIDÊNCIA MINEIRA e, com ela, a UNIVERSIDADE DE OURO PRETO!

Em 1944, portanto, 155 anos depois, a recém criada SOCIEDADE DOS AMIGOS DE OURO PRETO, então sob a presidência do Prof. Moacyr do Amaral Lisboa, retomando a idéia dos Inconfidentes Mineiros, lançou uma campanha em prol da UNIVERSIDADE DE OURO PRETO, de todos recebendo inúmeras manifestações de simpatia e apoio.

Na sessão solene promovida, naquele ano, pela SOCIEDADE DOS AMIGOS DE OURO PRETO, para comemorar a passagem do dia 21 DE ABRIL, o Prof. José Caldeira de Moura,

orador oficial da solenidade em que se cultuava a memória imperecível de TIRADENTES, deu grande destaque à campanha já então lançada, concitando todos a se unirem e trabalharem, ativamente, para o seu pleno êxito e encerrou suas magníficas palavras sugerindo, como divisa, da nova campanha:

“UNIVERSITAS QUASE SERA TAMEN!” “UNIVERSIDADE AINDA QUE TARDIA!”

Estas quatro palavras, com um poder mágico, há quase trinta anos, vêm mantendo, viva e brilhante, a chama ardente daquele grande ideal!

Elas desceram as montanhas de Minas Gerais e foram ecoar no seio da filial da SOCIEDADE DOS AMIGOS DE OURO PRETO, no Rio de Janeiro, onde se

reuniam filhos e amigos desta Cidade incomparável, entre os quais se destacavam os nomes do Eng. Antônio Alves de Souza, do Eng. Américo René Giannetti, do Eng. Euvaldo Lodi, do Dr. João Veloso Filho, e muitos outros.

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE OURO PRETO

Na ocasião, o Eng. Antônio José Alves de Souza e o Eng. Américo René Giannetti, diplomados pela Escola de Minas de Ouro Preto, eram membros do Conselho Federal de Comércio Exterior, cujo Presidente nato era o próprio Presidente da República - Dr. Getúlio Vargas.

O Eng. Alves de Souza, então Diretor do Departamento Nacional da Produção Mineral e, posteriormente, organizador e primeiro Presidente da Companhia Hidro

Elétrica do São Francisco, abraçou, entusiasticamente, a causa da criação da UNIVERSIDADE DE OURO PRETO, colocando, a seu serviço, toda sua enorme capacidade de trabalho e todo o grande prestígio de seu nome.

Para consultar o pensamento da Congregação da Escola de Minas sobre sua transformação em UNIVERSIDADE, o Eng. Alves de Souza pôs-se em contato, imediatamente, com o então Diretor da Escola Nacional de Minas e Metalurgia da Universidade do Brasil (antiga Escola de Minas de Ouro Preto), o ilustre e saudoso Prof. José Barbosa da Silva que mobilizou e engajou, na grande causa, expressiva maioria dos membros da sua Congregação.

Em virtude deste apoio, previamente assegurado, na sessão plena do Conselho Federal de Comércio Exterior, realizada em 30-4-1945, o Conselheiro Alves de

Souza apresentou a seguinte proposição que foi, unanimemente, aprovado:

“Seja aceita, para estudo, a indicação relativa à transformação da ESCOLA DE MINAS DE OURO PRETO em UNIVERSIDADE TÉCNICA DE OURO PRETO”.

Na reunião da Congregação da Escola Nacional de Minas e Metalurgia da Universidade do Brasil, realizada em 24-5-1945, foi apresentada e aprovada a seguinte INDICAÇÃO, subscrita pela maioria de seus membros:

“Sr. Presidente,
O ideal da criação de uma UNIVERSIDADE TÉCNICA EM OURO PRETO, com organização, instalações, recursos e pessoal convenientes à sua alta finalidade, é,

sem dúvida, um daqueles que devem congregiar quantos aqui nos dedicamos à tarefa da formação dos profissionais de engenharia, de que tanto carece o País, nesta hora decisiva em que envereda, firmemente, pelo caminho da mobilização, em larga escala, dos seus recursos materiais, a fim de que possa sobreviver em um mundo em que, apesar de tudo, a força cada vez mais se impõe, nas relações entre os povos, como a mais forte de todas as razões e como o mais sólido de todos os argumentos. E não é, por certo, grande novidade o fato de que, nas cogitações do Governo, tem ultimamente entrado a criação, em nosso meio, desse precioso organismo de pesquisa e de formação profissional, que as necessidades da valorização dos

grandes recursos potenciais do País, no momento, reclamam tão imperativamente. Em contacto constante com as altas esferas governamentais, tem sido V. Excia. posto ao corrente destas idéias e na previsão de que venha a ser a Escola chamada, a qualquer momento, a pronunciar-se a respeito, convém que não tenha perdido tempo em ir caminhando - desejosa de não ser colhida de surpresa -, realizando preliminares de estudo e de planeamento que possam servir de base aqui ao exame ulterior do assunto, por quem de direito. Acaba agora o Conselho Federal de Comércio Exterior, por proposta de dois dos mais ilustres filhos desta Escola, de assumir o patrocínio da idéia, que é, assim, pela primeira vez, lançada, em carácter oficial, ao

amparo da responsabilidade de um dos órgãos de mais prestígio e mais brilhante fé de ofício, em nossa Administração Pública. Aos abaixo assinados não parece possível que a Escola de Minas – mais que aquele Conselho, interessada em assunto de tão alta relevância para o futuro do País – permaneça indiferente à iniciativa do mesmo e deixe de endereçar-lhe uma manifestação explícita e decidida de apoio e de aplauso à sua atitude esclarecida e patriótica. Indicam, pois, que, em tal sentido, se telegrafe ao Conselho Federal de Comércio Exterior e que igualmente se transmitam aos dignos Conselheiros Américo René Giannetti e Antônio José Alves de Souza os louvores e aplausos desta Congregação. Sala das Sessões, 24 de maio de 1945.

(Seguem-se as assinaturas)

Em decorrência da aprovação da citada indicação pela egrégia congregação da FNMM/UB, foram expedidos os referidos telegramas:

“28.5.45 - 115

Sr. Dr. Diretor Geral do Conselho
Federal do Comércio Exterior
Av. Presidente Wilson, 23 - Rio

Congregação Escola Nacional de Minas Metalurgia, em sua reunião de 24 corrente, deliberou enviar seus calouros aplausos e seu apoio mais entusiástico à idéia patriótica da criação de uma universidade técnica em Ouro Preto, aventada em recente reunião desse egrégio Conselho. Iniciativa, cujo alcance é

desnecessário encarecer, nesta hora em que o País se orienta com firmeza sentido aproveitamento larga escala suas imensas possibilidades naturais em que, conseqüentemente, carência de profissionais de todos os ramos engenharia, assume proporções de um grave problema nacional, não poderia deixar de encontrar a mais franca simpatia no seio Congregação Escola de Minas, que se tem batido incansavelmente pelo aparelhamento do País com centros cultura e pesquisa tecnológica à altura das grandes exigências seu acelerado progresso. Congregação Escola de Minas apresenta, pois, ao egrégio Conselho Federal Comércio Exterior, a segurança do seu irrestrito apoio à brilhante iniciativa que constitui mais um notável acréscimo à sua já extensa folha de serviços à causa do

engrandecimento do Brasil.
Atenciosas saudações – José Barbosa
da Silva, Diretor da Escola Nacional
de Minas e Metalurgia”.

“28.5.45 – 116

Dr. Antônio José Alves de Souza
Rua Palmeiras, 11 – Botafogo – Rio
Congregação Escola de Minas, em
reunião de 24 corrente, deliberou
fosse enviada a V. Sa. a expressão do
seu aplauso à proposta que
apresentou ao Conselho Federal
Comércio Exterior no sentido de
sugerir-se ao Governo República a
criação Universidade de Ouro Preto.
cumprindo com satisfação dever
transmitir-lhe esta resolução do
órgão mais elevado da administração
nossa querida Escola, aproveito
ensejo, apresentar-lhe segurança
minha admiração e estima. José

Barbosa da Silva, Diretor Escola Nacional de Minas e Metalurgia”.

“28.5.45 - 117

Dr. Américo René Giannetti

Av. Getúlio Vargas, 225 - Belo Horizonte

Congregação Escola de Minas, em reunião 24 corrente, deliberou fosse enviado V. Sa. a expressão seu aplauso proposta feita Conselho Federal Comércio Exterior sentido sugerir-se Governo República criação Universidade Ouro Preto. Com satisfação cumprindo dever transmitir-lhe esta resolução órgão mais elevado administração nossa velha Escola, aproveito oportunidade apresentar-lhe segurança minha admiração e estima. José Barbosa da Silva, Diretor

Escola Nacional de Minas e Metalurgia”.

Dando prosseguimento à campanha da SOCIEDADE DOS AMIGOS DE OURO PRETO, na 23ª sessão da Câmara de Produção do CONSELHO FEDERAL DE COMÉRCIO EXTERIOR, realizada em 24.7.1945, o Conselheiro Eng. Antônio José Alves de Souza apresentou pormenorizada e bem fundamentada proposta de transformação da ESCOLA NACIONAL DE MINAS E METALURGIA DA UNIVERSIDADE DO BRASIL (antiga ESCOLA DE MINAS DE OURO PRETO) em UNIVERSIDADE TÉCNICA DE OURO PRETO, projeto que constituiu, naquele órgão, o processo 1.362.

Na 24ª Sessão Plenária do CONSELHO FEDERAL DE COMÉRCIO EXTERIOR, à qual foi presente o citado

processo 1.362, o conselheiro Eng. Antônio José Alves de Souza teve oportunidade de declarar que:

“...apoiado pelo estímulo a ele trazido pelas congratulações da Congregação da Escola Nacional de Minas e Metalurgia de Ouro Preto, enviadas ao Conselho, com a aceitação de sua indicação em transformar aquela Escola em Universidade Técnica, juntamente com o Diretor da Escola, o Presidente do DASP que, tomando conhecimento do estudo em que, em conjunto, fez com a direção daquela Escola, demonstrou a maior simpatia pela idéia e acentuou que

“se o garantisse uma subvenção de mais de C\$10.000.000,00 por ano, a Fundação Getúlio Vargas

aceitaria com prazer, a incumbência de transformar a Escola de Minas em Universidade Técnica de Ouro Preto, nos moldes do projeto organizado, e de mantê-la em pleno e eficiente funcionamento”.

Da EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS encaminhada, sobre o assunto, ao Presidente da República merecem destaque os seguintes itens:

“14. Na sessão ordinária, realizada em 30 de julho de 1945, o Conselho Pleno examinou a matéria relatada pelo Conselheiro Alves de Souza, que, em minucioso estudo da situação atual da Escola Nacional de Minas e Metalurgia de Ouro Preto, justificou as razões por que a Universidade

Técnica a se criar deve ser localizada em Ouro Preto, os fundamentos externados pela atual Congregação da Escola, a respeito da organização da Universidade Técnica, e as medidas a serem propostas ao Governo no sentido de se atingir o fim colimado, no menor prazo possível.

15. Posta a matéria em discussão, falou o Conselheiro João de Lourenço que assinalou, à vista da brilhante exposição do assunto feito pelo Conselheiro Alves de Souza, não haver necessidade de se discutir a conclusão da Câmara da Produção, e sugeriu que o Plenário aprovasse por unanimidade, sem debate, o projeto de Resolução da Câmara de Produção, e confiasse a idéia da imediata criação da Universidade Técnica de Ouro Preto ao cuidado pessoal de Vossa Excelência, a quem

o país deve a fase de industrialização que se inicia, bastando referir-se à criação da grande siderurgia e à implantação da indústria de vidro, sem esquecer outros empreendimentos diretamente relacionado com o desenvolvimento industrial do Brasil; concluindo por acentuar que, ao confiar o Conselho a sugestão do Conselheiro Alves de Souza ao interesse pessoal de Vossa Excelência, estaria seguro de que a transformação da Escola de Minas de Ouro Preto em Universidade Técnica seria uma realidade, procedendo-se sem os impedimentos da rotina burocrática.

16. O Conselheiro Tôrres Filho secundou as palavras do Conselheiro João de Lourenço a respeito da grande significação de que se revestia, para o ensino técnico

brasileiro, a criação da Universidade Técnica de Ouro Preto, empreendimento de grande interesse, não só para a indústria, mas também para a agricultura nacional, em virtude do progresso técnico que dele resultará para todas as atividades do país.

17. Com a aquiescência do Plenário e considerando que a sugestão do Conselheiro João de Lourenco foi apoiada por todos os Conselheiros presentes, declarei aprovado por unanimidade o projeto de Resolução da Câmara de Produção, ficando assim formulada a Resolução do Conselho Pleno.

RESOLUÇÃO NÚMERO 13, de 30 de Julho de 1945.

Sugere a transformação da Escola Nacional de Minas e Metalurgia em Universidade Técnica de Ouro Preto.

O Conselho Federal de Comércio, tomando conhecimento do assunto de que trata a documentação e

Considerando que é premente a formação, em nosso país, de um maior número de engenheiros de diversas especialidades, principalmente engenheiros de minas e metalurgistas, engenheiros químicos industriais, engenheiros mecânicos e eletricitas e engenheiros civis;

Considerando que, dado o progresso das diversas especialidades da engenharia, é indispensável ministrar separadamente o ensino dessas diversas especialidades;

Considerando, porém, que é útil e conveniente, na formação de técnicos em especialidades afins, interdependentes ou interligadas, dar, ao ensino dessas especialidades, um caráter de conjunto, dentro de uma organização universitária;

Considerando que a Escola Nacional de Minas e Metalurgia já professa os cursos de engenharia de minas e metalurgia, de engenharia civil e já manteve um curso de químicos industriais; e

Considerando que a cidade de Ouro Preto, por suas tradições culturais, pelo espírito universitário, que se criou em seu ambiente, e pelas velhas aspirações de seu povo, poderá ser a sede de uma universidade técnica;
Resolve propor ao Governo:

I - Seja transformada a Escola Nacional de Minas e Metalurgia em Universidade Técnica de Ouro Preto, com os seguintes cursos:

1. Engenheiros de Minas
 2. Engenheiros Metalurgistas
 3. Engenheiros Civis
 4. Engenheiros Químicos Industriais
 5. Engenheiros Mecânicos e Eletricistas
- a) Nessa Universidade, os cursos serão de freqüência obrigatória e os professores, pelo menos os das matérias em que tal medida for julgada conveniente, trabalharão no regime de tempo integral, auferindo vencimento correspondente a essa obrigação.
- b) O Governo instituirá, nessa Universidade, um regime de bolsas

na maior proporção possível em relação ao número de alunos que a Universidade comportar, de modo a possibilitar que jovens talentosos e esforçados, mas desprovidos de recursos financeiros, possam estudar qualquer daquelas especialidades de engenharia.

c) Os professores serão obrigados a fazer estágios, no país e no estrangeiro, nos períodos e em instituições que lhes foram designados pela Congregação, e a apresentarem a esta, para serem por ela examinados e julgados, relatórios correspondentes.

II- Seja dada à Universidade Técnica de Ouro Preto personalidade jurídica própria e autonomia administrativa e financeira.

III- Para a realização das obras necessárias à construção da Universidade Técnica de Ouro Preto, o Governo incluirá, a partir do exercício de 1946 e pelo período de cinco anos, uma verba anual de Cr\$6.000.000,00, no plano de obras.

IV- O Governo abrirá, no corrente exercício, um crédito especial para a realização dos estudos e confecção dos projetos necessários.

18. Essa, a resolução do Conselho, que ora tenho a honra de submeter à alta decisão de Vossa Excelência e, ao fazê-lo, em cumprimento à deliberação tomada pelo Plenário, a tal respeito, permito-me confiar, ao cuidado pessoal de Vossa Excelência, a execução das medidas de maior importância para a economia nacional, nela consubstanciadas.

Aproveito a oportunidade, para renovar a Vossa Excelência os protestos do meu mais profundo respeito. M. Moreira da Silva, Diretor Geral. Aprovado em 11.9.1945. G. Vargas.

Publicado no D. O. nº 218 de 27.9.1945”.

Desta forma, em 11.9.1945, o Presidente Getúlio Vargas aprovou a RESOLUÇÃO NÚMERO 13 em que o Conselho Federal de Comércio Exterior lhe solicitava aquela transformação. (Diário Oficial de 27.9.1945).

A notícia daquela aprovação foi divulgada na HORA DO BRASIL do dia 21.9.45, provocando grande júbilo e entusiasmo em Ouro Preto, que via, assim, quase concretizado aquele

importante item do programa da INCONFIDÊNCIA MINEIRA.

No dia seguinte, 22-9-1945, às 14.00 horas, a SOCIEDADE DOS AMIGOS DE OURO PRETO promoveu grande concentração, na Praça Tiradentes, com o comparecimento das autoridades locais, professores e alunos das nossas duas tradicionais Escolas Superiores e dos nossos colégios, e de grande massa popular.

Festejando o grato acontecimento, da escadaria do Museu da Inconfidência, discursaram: o então aluno da Escola de Minas de Ouro Preto e hoje seu professor titular Dr. Francisco Sette Bicalho; o prof. Gerardo Trindade, então professor catedrático da Escola de Farmácia de Ouro Preto; o Prof. Salathiel Torres, então professor catedrático da Escola de Minas de Ouro Preto; e o Dr. Edmundo José

Vieira, em nome da Sociedade dos Amigos de Ouro Preto.

Com a deposição do Presidente Getúlio Vargas, em 29.10.45, foi arquivado o processo de transformação da FACULDADE NACIONAL DE MINAS E METALURGIA DA UNIVERSIDADE DO BRASIL (antiga Escola de Minas de Ouro Preto) em UNIVERSIDADE TÉCNICA DE OURO PRETO.

Em janeiro de 1946, quando Presidente da República, provisório, o Ministro José Linhares, a Sociedade dos Amigos de Ouro Preto ainda fêz, infrutiferamente, nova tentativa para dar prosseguimento ao processo de criação da UNIVERSIDADE TÉCNICA DE OURO PRETO.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

O ideal de uma Universidade em Ouro Preto viveu sempre presente no coração e na mente de quantos amam esta terra e admiram suas singulares condições locais.

Sem poder precisar datas, o Prof. Antônio Pinheiro Filho informa que, sem resultado:

quando Diretor da Divisão de Ensino da EFMOP (período: 1.6.66 a 8.3.68) propôs ao Prof. Vicente Éllena Trópia, então Diretor da EFFBOP (período: 22.3.66 a 21.3.70) reviver a idéia da criação da Universidade de Ouro Preto.

Em agosto de 1968, quando se anunciavam as primeiras idéias

fundamentais e norteadoras da projetada REFORMA UNIVERSITÁRIA, que não iria permitir a existência de escolas superiores isoladas, o ROTARY CLUB DE OURO PRETO, sob a presidência do Sr. Nelson Queiroz, empenhou-se, por proposta do Prof. Washington Moraes de Andrade, em uma nova campanha em prol da criação da UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO que deveria reunir, sob administração comum, a Escola de Farmácia e Bioquímica de Ouro Preto e a Escola Federal de Minas de Ouro Preto, além de outras unidades que viessem a ser implantadas.

Para organizar e coordenar a campanha para a criação da UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO, o Rotary Club de Ouro Preto designou a seguinte Comissão de seu quadro social:

1. Sr. Nelson Queiroz – Presidente do Rotary Club de Ouro Preto;

2. Dr. Genival Alves Ramalho – Prefeito Municipal de Ouro Preto;

3. Prof. Vicente Éllena Trópia – Diretor da Escola Federal de Farmácia e Bioquímica de Ouro Preto;

4. Prof. Antônio Pinheiro Filho – Diretor Geral da Escola Federal de Minas de Ouro Preto

5. Prof. Moacyr do Amaral Lisboa – Diretor da Divisão de Ensino da Escola Federal de Minas de Ouro Preto;

6. Prof. Washington Moraes de Andrade – Professor titular da Escola Federal de Minas de Ouro Preto e

7. Sr. Rodrigo Vicente Tóffolo – Presidente da Associação Comercial de Ouro Preto.

O Prof. Vicente Éllena Trópia e o Prof. Antônio Pinheiro Filho submeteram,

às Congregações de suas respectivas Escolas, a consulta sobre a conveniência e a oportunidade da criação da UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO, incluindo as duas, face à anunciada implantação, para breve, da REFORMA UNIVERSITÁRIA.

Sob a presidência do Prof. Moacyr do Amaral Lisboa, Diretor da Divisão de Ensino, reuniu-se, em 10.10.1968, a Congregação da Escola Federal de Minas de Ouro Preto, especialmente convocada para deliberar a respeito.

O Prof. Antônio Pinheiro Filho comunicou então, que, em uma reunião de Diretores de Escolas Isoladas, realizada no MEC, pouco antes, teve ocasião de sugerir, com aplausos de todos os presentes, a transformação da EFMOP em Universidade.

Foi aprovada proposta do Prof. Washington Moraes de Andrade no

sentido de que a Congregação se manifestasse a favor da criação da UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO e designasse uma Comissão de cinco membros para elaborar a minuta do respectivo Decreto-Lei a ser remetido ao Ministro da Educação e Cultura. A Comissão deveria ser constituída do Diretor Geral (Prof. Antônio Pinheiro Filho), do Diretor da Divisão de Ensino (Prof. Moacyr do Amaral Lisboa), do Presidente do Diretório Acadêmico (Sr. Serafim Carvalho de Melo) e de dois professores titulares eleitos por aquele Colegiado.

Foram eleitos o Prof. Jair Carvalho da Silva e o Professor Washington Moraes de Andrade, ficando, então, a Comissão assim constituída:

1. Prof. Antônio Pinheiro Filho - Diretor Geral da EFMOP - Presidente

2. Prof. Moacyr do Amaral Lisboa -
Diretor da Divisão de Ensino da EFMOP

3. Prof. Jair Carvalho da Silva -
Professor titular da EFMOP

4. Prof. Washington Moraes de
Andrade - Professor titular da EFMOP

5. Sr. Serafim Carvalho de Melo -
Presidente do D.A. da EFMOP.

No mesmo dia e hora, e para o mesmo fim, reuniu-se a Congregação da Escola Federal de Farmácia e Bioquímica de Ouro Preto, sob a presidência do seu Diretor, Prof. Vicente Éllena Trópia.

Manifestando-se ela também favorável à criação da UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO, delegou, ao Prof. Vicente Éllena Trópia, a designação da Comissão daquele Colegiado, a qual ficou assim constituída:

1. Prof. Vicente Éllena Trópia -
Diretor da EFFBOP - Presidente

2. Prof. José Badini - Professor Titular da EFFBOP

3. Prof. Antônio Fortes - Professor titular da EFFBOP

4. Prof. Ney de Albuquerque Monteiro - Professor titular da EFFBOP

5. Sr. José Luiz de Abreu - Vice-Presidente do D.A. Jovelino Mineiro, da EFFBOP.

Às 15 h do dia 21.12.1968, reuniram-se, conjuntamente, na sala da Congregação da EFFMOP, a Congregação da EFFBOP e a Congregação da EFMOP, sob a presidência do Prof. Vicente Éllena Trópia (Diretor da EFFBOP) e do Prof. Moacyr do Amaral Lisboa (Diretor da Divisão de Ensino da EFMOP) para apreciarem a minuta do Decreto-Lei a ser baixado pelo Governo Federal, autorizando o funcionamento da UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO, trabalho elaborado,

conjuntamente, pelas Comissões das duas citadas Escolas Superiores.

Depois da aprovação de várias emendas ao trabalho apresentado, foi suspensa a sessão para redação final da minuta. Reaberta pouco depois, foi a minuta aprovada.

Por essa minuta, a UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO seria

“Uma autarquia de regime especial, nos termos do artigo 4º e seu parágrafo único, da Lei nº 5.540, de 28-11-1968”

e compor-se-ia das seguintes unidades:

1. Instituto de Matemática
2. Instituto de Física e Química
3. Instituto de Ciências Geológicas
4. Instituto de Ciências Biológicas
5. Instituto de Ciências Humanas e Sociais

6. Escola de Odontologia
7. Escola Federal de Minas e Metalurgia
8. Escola de Farmácia e Bioquímica de Ouro Preto.

O Instituto de Ciências Humanas e Sociais deveria ser instalado na Cidade de Mariana.

Com seu ofício nº 03/MEC/69, de 6.02.1969, o Prof. Antônio Pinheiro Filho, Diretor Geral da EFMOP, encaminhou a minuta aprovada ao Ministro da Educação e Cultura, Deputado Tarso Dutra, que, para recebê-la, marcou audiência especial, realizada em 19.3.1969, à qual compareceram as seguintes pessoas:

1. Prof. Antônio Pinheiro Filho -
Diretor Geral da EFMOP
2. Prof. Vicente Éllena Trópia -
Diretor da EFFBOP

3. D. Oscar de Oliveira - Arcebispo de Mariana
4. Dr. Genival Alves Ramalho - Prefeito Municipal de Ouro Preto
5. Prof. Moacyr do Amaral Lisboa - Diretor da Divisão de Ensino da EFMOP
6. Prof. José Badini - Vice-Diretor e representante da Congregação da EFFBOP
7. Eng^o Amaro Lanari - Presidente da Usiminas
8. Prof. José de Miranda Tepedino - Superintendente da Fundação Gorceix
9. Sr. Serafim Carvalho de Melo - Presidente do D.A. da EFMOP
10. Sr. Márcio Emílio Chaves Vieira - Presidente do D.A. Jovelino Mineiro da EFFOP
11. Eng^o Cássio Elyσιο de Figueiredo Damázio - Presidente

12. Eng^o Odélio Costa - diplomado pela EFMOP
13. Eng^o José Fiúza de Magalhães - diplomado pela EFMOP
14. Eng^o Cássio Lanari - diplomado pela EFMOP
15. Eng^o Arthur Werneck - diplomado pela EFMOP

Estavam presentes diversos membros da cúpula do MEC, inclusive D. Elza Gomide, Diretora do Ensino Superior.

Na ocasião, o Ministro Tarso manifestou sua simpatia e seu apoio à criação da UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO.

Em 21.3.1969, o Prof. Antônio Pinheiro Filho, Diretor Geral da EFMOP, telegrafou ao Ministro Rondon Pacheco, Chefe da Casa Civil da Presidência da República, solicitando sua valiosa

colaboração para que o Decreto-Lei da criação da UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO fosse assinado em Ouro Preto, no DIA 21 DE ABRIL daquele ano, quando deveria ser orador oficial da solenidade o Presidente Arthur da Costa e Silva, a quem também telegrafou no mesmo sentido, no dia 22.3.1969.

Em princípios de abril de 1969, para solicitar o apoio do Governador Israel Pinheiro à criação da UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO, estava, no Palácio dos Despachos, em Belo Horizonte, uma Comissão constituída dos Srs.:

1. Prof. Antônio Pinheiro Filho - Diretor Geral da EFMOP
2. Prof. Vicente ÉllenaTrópia- Diretor da EFFBOP
3. D. Oscar de Oliveira - Arcebispo de Mariana

4. Prof. Moacyr do Amaral Lisboa -
Diretor da Divisão de Ensino da
EFMOP ...
5. Prof. Antônio Moreira Cales -
Professor titular da EFMOP
6. Prof. Washington Moraes de
Andrade - Professor titular da
EFMOP
7. Prof. Aníbal Lacerda - Professor
titular, contratado, da EFFBOP
8. Prof. José Pio Cardoso -
diplomado pela EFMOP
9. Eng^o Antôniode Franco -
diplomado pela EFMOP
10. Sr. Serafim Carvalho de Melo -
Presidente do D.A. da EFMOP
11. Sr. José Luiz de Abreu - Vice-
Presidente do D.A. Jovelino Mineiro,
da EFFBOP.

Demonstrando sua boa
receptividade e seu inteiro apoio à

solicitação, o Governador Israel Pinheiro entendeu-se, no mesmo instante, por telefone, com o Vice-Governador Pio Canedo, que se encontrava no Rio de Janeiro, recomendando-lhe transmitisse ao Presidente da República, Marechal Arthur da Costa e Silva, e ao Ministro da Educação e Cultura, Deputado Tarso Dutra, todo o empenho do Governador de Minas Gerais em ver criada, quanto antes, a UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO.

A Congregação da EFMOP, em sua reunião de 27.6-69, designou uma Comissão Constituída dos Professores Antônio Moreira Calaes, José de Miranda Tepedino e Washington Moraes de Andrade para colaborar com a Diretoria da Escola nas providências necessárias para apressar o andamento do Proc. 215.841/69 referente à criação da

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO.

Credenciada pelo Prof. Moacyr do Amaral Lisboa, no exercício da Diretoria Geral da EFMOP, por meio do ofício nº 25/MEC/69, de 14-7-69, a referida Comissão esteve no MEC/Rio desincumbindo-se, a contento, de sua missão. Tanto assim que, finalmente, pelo Decreto-Lei nº 778, de 21.8.1969 (Diário Oficial de 23.8.69), assinado pelo Presidente Arthur da Costa e Silva e referendado pelo Ministro Tarso Dutra, foi autorizada a funcionar a UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO, sob a forma de “uma fundação de direito público”.

A minuta do Decreto-Lei, tão laboriosamente redigido em Ouro Preto, em quase nada foi utilizada na redação do Decreto-Lei nº 778, de 21.8.1969.

O citado Decreto-Lei nº 778, de 21.8.1969, estabelece:

“

.....

Art. 3º - A Universidade Federal de Ouro Preto será constituída das seguintes unidades:

I - Escola Federal de Minas de Ouro Preto

(Lei nº 3.843, de 15.12.60)

II - Escola Federal de Farmácia e Bioquímica de Ouro Preto

(Lei nº 1.254, de 4.12.50)

§ 1º - Os estabelecimentos de ensino, de que trata o artigo, passam a denominar-se, respectivamente, Faculdade Federal de Minas e Metalurgia, e Faculdade Federal de Farmácia e Bioquímica.

§ 2º - Por deliberação do Conselho Universitário, a Universidade poderá promover a criação, incorporação ou agregação de novas unidades, ressalvado, quando for o caso, o disposto no art. 9º do Decreto-Lei nº 252, de 28 de fevereiro de 1967, e nas demais normas legais aplicáveis”.

“Art. 7º - Dentro de 60 (sessenta) e 120 (cento e vinte) dias, respectivamente, a contar da data da publicação deste Decreto-Lei, serão elaborados o Estatuto da Fundação, para aprovação pelo Presidente da República e inscrição no Cartório de Pessoas Jurídicas, e o Estatuto da Universidade, para aprovação do Conselho Federal de Educação, na forma da lei.

Art. 8º - Enquanto não estiverem definitivamente constituídos os órgãos da Universidade, responderá pela Reitoria o atual Diretor da Escola Federal de Minas de Ouro Preto”.

Em virtude do disposto no artigo 8º acima citado, o Prof. Antônio Pinheiro Filho, Diretor da Escola Federal de Minas de Ouro Preto, baixou a seguinte

“PORTARIA Nº 50

O DIRETOR DA ESCOLA FEDERAL DE MINAS DE OURO PRETO, respondendo pela Reitoria da UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO, nos termos do art. 8º

do Decreto Lei nº 778, de 21 de agosto de 1969

RESOLVE

designar a COMISSÃO DE ASSESSORAMENTO, abaixo, para servir na elaboração dos retrospectivos Estatutos - o da FUNDAÇÃO, a ser submetido ao Sr. Presidente da República, no prazo de 60 dias, e o da UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO, a ser apresentado ao Conselho Federal de Educação, no prazo de 120 dias.

COMISSÃO

- a - Representando a Congregação da ESCOLA FEDERAL DE MINAS DE OURO PRETO: Prof. Jair Carvalho da Silva e Prof. Washington Moraes de Andrade;
- b - Representando a Congregação da ESCOLA

FEDERAL DE FARMÁCIA E
BIOQUÍMICA DE OURO
PRETO: Prof. Vicente Éllena
Trópia e Prof. José Badini;

c - Representando os Corpos
Discentes das referidas Escolas o
Presidente do D.A. da ESCOLA
FEDERAL DE MINAS DE OURO
PRETO: José de Lourdes Ribeiro
Mota, o Presidente do D.A. da
ESCOLA FEDERAL DE
FARMÁCIA E BIOQUÍMICA DE
OURO PRETO: Márcio Antônio
de Oliveira;

d - Representando a Assembléia
Escolar da ESCOLA FEDERAL
DE MINAS DE OURO PRETO:
Eng^o Geraldo Parreiras, Prof.
Nicodemus de Macedo Filho e Sr.
Alencar Amaral;

e - Representando a Associação
dos Antigos Alunos da ESCOLA

FEDERAL DE MINAS DE OURO
PRETO: Eng^o Amaro Lanari
Junior, Eng^o Amadeu Barbosa e
Eng^o Cássio Elysio de Figueiredo
Damázio;

f - Representando a Associação
dos Antigos Alunos da ESCOLA
FEDERAL DE FARMÁCIA E
BIOQUÍMICA DE OURO
PRETO: Prof. Ney de
Albuquerque Monteiro, Prof.
Joaquim Claudino Filho e Dra.
Ilka da Costa Simões.

Ouro Preto, 18 de setembro
de 1969.

(Ass.) Antônio Pinheiro
Filho - Reitor em Exercício"

No dia 22-9-69, pela primeira vez,
reuniu-se a COMISSÃO DE
ASSESSORAMENTO, com o

comparecimento de quase todos os seus membros, sob a presidência do Prof. Pinheiro Filho, que esclareceu as finalidades da Comissão na organização da UFOP.

Discutiu-se, na ocasião, se a UFOP deveria ser uma FUNDAÇÃO, como definida no Decreto-Lei nº 778, de 21.8.69, ou uma AUTARQUIA, como proposto na minuta do Decreto-Lei elaborada pelas Congregações das nossas duas Escolas Superiores. Segundo opinião dominante no seio da Comissão ao Sr. Ministro da Educação e Cultura, postulando que a UFOP fosse uma autarquia e não uma fundação, como previsto no Decreto-Lei mencionado.

No dia 13.10.69, pela 2ª vez, reuniu-se a COMISSÃO DE ASSESSORAMENTO, sob a presidência do Prof. Pinheiro Filho que apresentou uma minuta do ESTATUTO DA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
FEDERAL DE OURO PRETO elaborada
pelo advogado Celso Agrícola Barbi, de
Belo Horizonte.

Depois de várias discussões, foi nomeada uma Comissão composta dos Srs. Prof. Vicente Éllena Trópia (Diretor da EFFBOP), Prof. Washington Moraes de Andrade (Professor titular da EFMOP) e José de Lourdes Ribeiro Mota (Presidente do D.A. da EFMOP), para fazer as modificações necessárias no ante-projeto apresentado.

No dia 17.10.69, pela 3^a vez, reuniu-se a COMISSÃO DE ASSESSORAMENTO, sob a presidência do Prof. Pinheiro Filho.

O Prof. Washington Moraes de Andrade apresentou o novo projeto de Estatuto da FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO, com as modificações

introduzidas pela Comissão para tal fim designada, na reunião anterior.

A Dra. Ilka da Costa Simões (Secretária da EFFBOP) propôs e foi, unanimemente, aceito, que o Presidente da Associação Mineira de Farmacêuticos fosse membro nato do Conselho Diretor da Fundação.

Pelo ofício nº 36/MEC/69, de 20.10.69, o Prof. Pinheiro Filho encaminhou, ao Sr. Ministro da Educação e Cultura, o projeto do ESTATUTO DA FUNDAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO aprovado pela sua COMISSÃO DE ASSESSORAMENTO, em 17.10.69. Fê-lo, por intermédio de uma Comissão composta dos Srs. Prof. Moacyr do Amaral Lisboa (Diretor da Divisão de Ensino da EFMOP), do Prof. Vicente Éllena trópia (Diretor da EFFBOP) e do

Prof. Washington Moraes de Andrade (Professor titular da EFMOP).

Esta mesma Comissão fez também entrega, ao Chefe do Gabinete do Ministro Tarso Dutra, do ofício nº 37/MEC/69, de 21.10.69, assinado pelo Diretor Geral da EFMOP, Prof. Antônio Pinheiro Filho, no qual este advogava:

“1º - A manutenção dos tradicionais nomes das Escolas interessadas;

2º - Ao invés de fundação, autarquia de regime especial, conforme faculta aquela citada lei”.

(Refere-se à Lei nº 5.540, de 28.11.1968).

Graças à extraordinária boa vontade do saudoso Dr. José Pedro Ferreira da Costa (do Gabinete do Sr. Ministro da Educação e Cultura), o projeto do ESTATUTO DA FUNDAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO foi aprovado pela Junta Militar que governava o País: Almirante Augusto Hamann Rademaker Grunewald, General Aurélio de Lyra Tavares e Brigadeiro Márcio de Souza Mello, e referendado pelo Ministro Tarso Dutra, constituindo o Decreto 65.559, de 21.10.69, publicado no Diário Oficial de 27.10.69.

Este Decreto estabelece:

“CAPÍTULO IV

Do Conselho Diretor

“Art. 8º - A Fundação será administrada por um Conselho Diretor a quem caberá também a supervisão da Universidade.

Art. 9º - O Conselho Diretor terá 12 (doze) membros efetivos, dos quais 5 (cinco) serão membros natos, e os

demais serão nomeados pelo Presidente da República.

§ 1º - Serão membros natos do Conselho : o Reitor da Universidade Federal de Ouro Preto, o Diretor da Faculdade Federal de Minas de Ouro Preto, o Diretor da Faculdade de Farmácia e Bioquímica de Ouro Preto, ambas da citada Universidade, o Presidente da Fundação Gorceix e o Presidente da Associação Mineira de Farmacêuticos.

§ 2º - Serão nomeados pelo Presidente da República os seguintes membros efetivos:

I - Dois por indicação do Ministério da Educação e Cultura;

II - Um representante da Congregação da Faculdade Federal de Minas e Metalurgia e um representante da Congregação da Faculdade Federal de Farmácia e Bioquímica, ambas da Universidade Federal de Ouro Preto, escolhidos de listas tríplexes apresentadas pelas respectivas Congregações e organizadas mediante escrutínio secreto, com apoio da maioria dos votantes presentes;

III - Um representante da Associação dos Antigos Alunos da Faculdade Federal de Minas e Metalurgia e um representante da Associação dos Antigos Alunos da Faculdade Federal de Farmácia e Bioquímica, ambos escolhidos de listas tríplexes apresentadas pelas respectivas Associações e organizadas mediante escrutínio

secreto, com apoio da maioria dos votantes presentes, a indicação, em qualquer caso, não podendo recair em pessoa que pertença a entidade ou órgão já representado no Conselho Diretor;

IV - Um representante da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, escolhido em lista tríplice apresentada por aquela entidade.

§ 3º - Cada membro terá um suplente, nomeado pela mesma forma e por Ato concomitante ao da nomeação do membro efetivo.

Art. 10 - Os membros do Conselho não terão direito a remuneração, mas poderão receber “jeton” pela presença às reuniões do Conselho.

Art. 11 - Os membros efetivos e seus suplentes exercerão o mandato por 4 (quatro) anos, podendo ser reconduzidos somente uma vez e deverão ser renovados pela metade, de 2 (dois) em 2 (dois) anos.

Art. 13 - O Conselho Diretor terá como presidente o Reitor da UFOP.

Art. 14 - O Reitor da UFOP será nomeado pelo Presidente da República, escolhido de lista com 6 (seis) nomes apresentada pelo Conselho Universitário e organizada, mediante escrutínio secreto, com apoio de maioria dos votantes presentes”.

Aprovado o ESTATUTO DA
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
FEDERAL DE OURO PRETO, pelo

Decreto nº 65.559, de 21.10.69, o Prof. Antônio Pinheiro Filho, Diretor Geral da FFMM, respondendo pela Reitoria da UFOP, designou os Professores Salathiel Torres (Professor Emérito da EFMOP), Vicente Éllena Trópia (Diretor da FFFB) e Washington Moraes de Andrade (Professor Titular da FFMM) para elaborarem o projeto de ESTATUTO DA UFOP (1ª redação).

Este primeiro projeto, datado de 30.11.69, não chegou a ser enviado ao Conselho Federal de Educação, por motivos diversos.

Pelo seu ofício nº 15/UFOP/70, dirigido ao Ministro Jarbas Passarinho, o Prof. Antônio Pinheiro Filho, Diretor Geral da FFMM, respondendo pela Reitoria da UFOP, solicitou retificação do citado Decreto nº 65.559, de 21.10.69, para que não fossem extintos os cargos públicos federais das Faculdades que

constituíam a UFOP, e também para que, com base no art. 3º do Decreto nº 252, 28.2.67, fosse incluído um CENTRO DE CIÊNCIAS BÁSICAS na UFOP.

Em princípios de dezembro de 1970, estiveram em Brasília o Prof. Antônio Pinheiro Filho (Diretor Geral da FFMM, respondendo pela Reitoria da UFOP), o Prof. Benedito Cândido da Silva (Diretor da FFFB) e Prof. Vicente Éllena Trópia (Ex-Diretor da FFFB), para discutirem, com o Prof. Valnir Chagas e assessores da Universidade de Brasília, o segundo projeto de ESTATUTO DA UFOP elaborado pelos Professores Salathiel Torres (Professor Emérito da EFMOP), Vicente Éllena Trópia (Ex-Diretor da FFFB) e Washington Moraes de Andrade (Prof. Titular da FFMM).

O Prof. Valnir Chagas e os assessores da Universidade de Brasília sugeriram que, primeiramente, o ESTATUTO DA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
FEDERAL DE OURO PRETO deveria ser reformulado inteiramente, segundo o Estatuto da Universidade de Brasília, e aprovado por Decreto do Presidente da República, para depois cogitar-se do ESTATUTO DA UFOP. Chegaram mesmo a fornecer uma minuta de Decreto a ser submetida ao Presidente da República para aprovar a nova redação que sugeriram para o ESTATUTO DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO.

Em 7 de janeiro de 1971, foi enviado ao Prof. Antônio Pinheiro Filho (Diretor Geral da FFMM), respondendo pela Reitoria da UFOP), o seguinte memorial:

“Ouro Preto, 7 de janeiro de 1971.

Exmo. Sr. Prof. Dr. Antônio Pinheiro Filho,

Magnífico Reitor da Universidade
Federal de Ouro Preto-MG

1. Os que subscrevem, Professores das Faculdades que compõem a UFOP, criada pelo Decreto-Lei nº 778, de 21.8.69, vêm a Presença de Vossa Magnificência para expor o seguinte:

2. O ante-projeto do Estatuto da FUFOP, elaborado por V. Magnificência e pelo advogado Dr. Celso Agrícola Barbi e apresentado à Comissão de Assessores constituída por V. Magnificência para assuntos ligados à efetiva implantação da UFOP, depois de discutido, emendado e aprovado por aquela Comissão, foi levado à consideração do Governo da República que o

aprovou pelo Decreto nº 65.559, de 21.20.1969.

3. O Estatuto da FUFOP, assim aprovado, estabeleceu, no seu Art. 8º, por proposta e co-redação de V. Magnificência, a composição do Conselho Diretor da FUFOP, fixando em 12 (doze) no nº de seus membros.

4. Agora, já decorridos mais de 16 (dezesesseis) meses da aprovação daquele Estatuto, sem ter ainda sido posto em vigor, nos chega ao conhecimento que Vossa Magnificência, por iniciativa própria, está promovendo a reforma do mesmo para encaminhá-lo ao Sr. Ministro da Educação e Cultura.

5. Conquanto reconheçamos sejam convenientes algumas modificações

no atual Estatuto da FUFOP, portanto, justificada a iniciativa de Vossa Magnificência, forçoso é reconhecer-se também que tal providência virá procrastinar, ainda mais, e instalação efetiva a completa da UFOP.

6. Daí julgamos melhor seria promover-se a instalação do Conselho Diretor como estabelecido no Art. 8º do Estatuto já aprovado (Dec. nº 65.559, de 21.10.69) o qual, legalmente capacitado, promoveria então a reforma daquele Estatuto, se julgasse necessário ou conveniente.

7. Entretanto, tomando conhecimento, por intermédio do Sr. Dr. EDMUNDO JOSÉ VIEIRA, Assessor Jurídico da EFMOP (FFMM) e do Prof. Dr. VICENTE

ÉLLENA TRÓPIA (Prof. Titular da FFFBOP) das modificações propostas por V. Magnificência, vimos comunicar-lhe que julgamos a nova composição desejada por Vossa Magnificência para o Conselho Diretor ser contrária aos interesses das nossas Faculdades e da UFOP.

8. Todavia, sensíveis aos seus novos argumentos no sentido da conveniência em reduzir-se o nº de membros do Conselho Diretor da FUFOP, vimos sugerir-lhe, data venia, a composição em anexo para aquele órgão que se constituirá, apenas de 8 (oito) membros efetivos.

9. Nesta oportunidade, ao terminar, sob o domínio de imperioso dever, levamos ao seu conhecimento que é muito grande e generalizada a

preocupação, dentro do âmbito de nossas Faculdades e fora dele, quanto ao destino na UFOP. E é para que se concretize, no menor prazo possível, a instalação efetiva da UFOP, que todos nós e cada um de nós está pronto e disposto a prestar-lhe a colaboração que Vossa Magnificência julgar necessária, sem medir esforços nem sacrifícios.

Atenciosamente,

Antônio Moreira Calaes
Christiano Barbosa da Silva
Moacyr do Amaral Lisboa
Washington Moraes de Andrade
Cláudio de Castro Magalhães
(Pres. do Diretório da Escola de Minas)
Benedito Cândido da Silva
Joaquim Claudino Filho
Vicente Maria de Godoy

Jair Penna
José Pedro Ponciano Gomes
José Cóppli Sobrinho”.

Em 7 de janeiro de 1971”.

“ANEXO

Art. 7º - A FUFOP será administrada por um Conselho Diretor constituído de 8 (oito) membros efetivos, dos quais 3 (três) serão membros natos e os demais nomeados pelo Exmº Sr. Presidente da República, com mandato de 4 (quatro) anos.

§ 1º- Serão membros natos do Conselho Diretor: o Reitor da UFOP, o Diretor da FFMM e o Diretor da FFFB.

§ 2º - Serão nomeados pelo Presidente da República os seguintes membros efetivos:

I - 1 (um) representante do Ministério da Educação e Cultura;

II - 1 (um) representante da Congregação da FFMM;

III - 1 (um) representante da Congregação da FFFB;

IV - 1 (um) representante dos antigos alunos da UFOP;

V - 1 (um) representante da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais.

§ 3º - Os membros representantes referidos nos itens II, III e IV do

parágrafo anterior serão escolhidos de listas tríplexes organizadas pelos respectivos órgãos, mediante escrutínios secretos, uninominais e sucessivos, com o apoio da maioria dos votantes presentes.

§ 4º - Cada membro efetiva terá um suplente nomeado pela mesma forma e por ato concomitante ao da nomeação do membro efetivo.

Ouro Preto, 7 de janeiro/71

Ass. Antônio Moreira Calaes
(com a ressalva no verso)
Christiano Barbosa da Silva
Moacyr do Amaral Lisboa
Washington Moraes de Andrade
Cláudio de Castro Magalhães

Pres. do Diretório da Escola de
 Minas
 Benedito Cândido da Silva
 Joaquim Claudino Filho
 Vicente Maria de Godoy
 José Pedro Ponciano Gomes
 José Cóppli Sobrinho
 Jair Penna”.

RESSALVA:

“Sugiro que a representação do item V seja substituída por um representante da Fundação Gorceix e outro da Associação Mineira de Farmacêuticos.

Em 7.1.71 (ass.) Antônio Moreira Cales”.

No dia 26.1.1971, o Prof. Antônio Pinheiro Filho (Diretor Geral da FFMM, respondendo pela Reitoria da UFOP), reuniu, em seu Gabinete, os professores

signatários do memorial, abordando, com os mesmos, os assuntos que motivaram aquele memorial.

Depois de longa exposição feita pelo Prof. Pinheiro Filho e dos esclarecimentos necessários, acertou-se que nenhuma alteração seria pleiteada no ESTATUTO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO, aprovado pelo Decreto nº 65.559, de 21.10.1969.

Dando prosseguimento às providências necessárias à implantação da UFOP, o Prof. Antônio Pinheiro Filho, encaminhou, com o ofício nº 05/MEC/71, de 17.3.71, ao Prof. Newton Sucupira, Diretor do Departamento de Assuntos Universitários, o processo com as listas tríplices dos nomes indicados pelas entidades representadas no Conselho Diretor da Fundação Universidade de Ouro Preto para nomeação pelo

Presidente da República. Tal processo extraviou-se no MEC, não sendo possível localizá-lo, para dar-lhe andamento.

Posteriormente, a Comissão, que redigira o projeto de ESTATUTO DA UFOP, constituída pelos Professores Salathiel Torres (Professor Emérito da EFMOP), Vicente Éllena Trópia (ex-Diretor da FFFB) e Washington Moraes de Andrade (Professor Titular da FFMM), julgou conveniente fazer uma revisão no projeto já elaborado, o que conduziu ao segundo projeto de ESTATUTO DA UFOP. Terminado este em 24.5.71, foi remetido, no dia seguinte, pelo Prof. Antônio Pinheiro Filho (Diretor Geral da FFMM, respondendo pela Reitoria da UFOP), ao Conselho Federal de Educação com o ofício nº 57/FUFOP/71 e ao Prof. Newton Sucupira (Diretor do Departamento de Assuntos Universitários do MEC), com o ofício nº 58/FUFOP/71.

Em princípio de agosto de 1971, promoveu-se um movimento generalizado das principais entidades de Ouro Preto no sentido de apressar-se a aprovação do ESTATUTO DA UFOP, já no Conselho Federal de Educação desde fins de maio.

Com este propósito, foram passados telegramas ao Ministro Jarbas Passarinho pelo Rotary Club de Ouro Preto, Lions Club de Ouro Preto, Câmara Municipal de Ouro Preto, Câmara Júnior de Ouro Preto, Associação Comercial de Ouro Preto, Fundação de Arte de Ouro Preto, Departamento de Turismo de Ouro Preto, Diretoria da FFFB, Diretoria da FFMM, e outros.

A este movimento associou-se também a Sociedade Mineira de Engenheiros cujo Presidente - Eng^o Geraldo Parreiras (hoje Magnífico Reitor da UFOP) - telegrafou ao Ministro Jarbas

Passarinho, empenhando-se pela sua valiosa interferência junto ao Conselho Federal de Educação, para urgente aprovação do Estatuto da UFOP.

O Diário Oficial de 2.9.71, publicou o seguinte:

“Decreto nº 69.158 - de 1 de setembro de 1971

Dispõe sobre a Administração Superior da Universidade Federal de Ouro Preto.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, item V, da Constituição, decreta:

Art. 1º - Enquanto não estiverem definitivamente constituídos os órgãos da Administração Superior da Universidade Federal de Ouro

Preto, responderá pela Reitoria, como Reitor “pro-tempore”, um Professor com experiência universitária, designado pelo Presidente da República.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 1 de setembro de 1971, 150º da Independência e 83º da República.

Emílio G. Médici

Jarbas G. Passarinho”.

O mesmo Diário Oficial publicou também:

“O Presidente da República resolve
DESIGNAR

De acordo com o artigo 1º do Decreto nº 69.158, de 1º de setembro de 1971

ORLANDO MAGALHÃES
CARVALHO,

ocupante do cargo de Professor Titular, do Quadro Único de Pessoal da Universidade Federal de Minas Gerais, para exercer as funções de Reitor “pro-tempore” da Universidade Federal de Ouro Preto.

Brasília, 1 de setembro de 1971; 150º da Independência e 83º da República.

Emílio G. Médici
Jarbas G. Passarinho”.

O Prof. Orlando Magalhães Carvalho, professor titular da Faculdade de Direito da UFMG, de que já fora Vice-Reitor de 1953/1958 e Reitor de 1961/1964, tomou posse em Brasília, no MEC, perante o Ministro Jarbas Passarinho, no dia 2-9-1971.

Em 15-9-71, o Prof. Antônio Pinheiro Filho, que vinha respondendo pela Reitoria da UFOP, desde sua criação em 21.8.69, transmitiu as elevadas funções de Reitor da UFOP ao Prof. Orlando Magalhães Carvalho, em concorrida solenidade realizada no auditório da FFMM, à qual compareceram autoridades estaduais, municipais, professores, alunos, ex-alunos das nossas Faculdades.

Pouco dias depois, instalou a sede da Reitoria no antigo prédio da Prefeitura Municipal de Ouro Preto, à Praça Tiradentes - 41, onde centralizou todos os serviços administrativos da UFOP.

O Diário Oficial, de 29-10-71, publicou os seguintes atos do Governo Federal:

“MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Decretos de 27 de outubro de 1971

O Presidente da República resolve
CONCEDER DISPENSA:

A Orlando Magalhães Carvalho das funções de Reitor “Pró-Tempore” da Universidade Federal de Ouro Preto.

Brasília, 27 de outubro de 1971; 150º da Independência e 83º da República.

Emílio G. Médici

Jarbas G. Passarinho”.

“O Presidente da República resolve
DESIGNAR:

De acordo com o artigo 1º do Decreto nº 69.158, de 1º de setembro de 1971

Geraldo Parreiras para exercer as funções de Reitor “Pro-Tempore” da Universidade Federal de Ouro Preto.

Brasília, 27 de outubro de 1971; 150º da Independência e 83º da República.

Emílio G. Médici
Jarbas G. Passarinho”.

No dia 1.11.71, no Gabinete do Ministro da Educação e Cultura, em Brasília, o Ministro Jarbas Passarinho deu posse, no cargo de Reitor “Pro-Tempore” da UFOP, ao Eng. Geraldo Parreiras, tendo, logo em seguida, o Prof. Orlando Magalhães Carvalho feito a transmissão daquelas elevadas funções.

Estavam presentes ao ato o Prof. Antônio Pinheiro Filho (Diretor Geral da

FFMM), o Prof. Benedito Cândido da Silva (Diretor da FFFB), o Prof. Antônio Moreira Calaes (Professor titular da FFMM) e o Prof. Vicente Éllena Trópia (Professor titular da FFFB).

Em 07-03-72, o 2º grupo da Câmara de Ensino Superior do Conselho Federal de Educação aprovou o Parecer nº 247/2 do Prof. Valnir Chagas, relator do Proc. 293/71-CFE referente ao Estatuto da Universidade Federal de Ouro Preto, decidindo:

“baixar em diligência o Estatuto da Universidade Federal de Ouro Preto, a fim de que seja revisto em face das observações e restrições contidas nos vinte e tres itens precedentes”.

Em 08-03-1972, em sessão plenária, o Conselho Federal de Educação aprovou o citado Parecer nº 247/72 do 2º Grupo da

sua Câmara de Ensino Superior, determinando:

“baixe o processo em diligência para que seja revisto o Estatuto da Universidade Federal de Ouro Preto, nos termos do Parecer, no prazo de 60 dias”.

Em 22-05-72, a Reitoria da UFOP recebeu, com o ofício de nº 00678/72/CFE/SG, de abril de 1972, o citado Parecer nº 247/72 do Prof. Valnir Chagas, para

“o cumprimento das diligências nele explicitas, no prazo máximo de noventa dias, findo o qual será o processo arquivado, caso não tenha sido cumprida a exigência”.

Em 29-05-72, foi baixada a seguinte

PORTARIA N° 119

O Reitor da Universidade Federal de Ouro Preto, no uso de suas atribuições legais, e considerando determinação do Conselho Federal de Educação,

RESOLVE:

Constituir, para rever o Estatuto da UFOP, nos termos do Parecer de n° 247/72

Presidente: Prof. Antônio Moreira Calaes

Membros:

Prof. Washington Moraes de Andrade

Prof. Salathiel Torres

Prof. Benedito Cândido da Silva

Prof. Vicente Éllena Trópia

Prof. Joaquim Claudino Filho”

Em cumprimento às determinações da Portaria acima, a Comissão por ela constituída, contando com a valiosa colaboração do Prof. Christiano Barbosa da Silva, fez a revisão do projeto de Estatuto da UFOP, então sob apreciação do Conselho Federal de Educação, atendendo todas as vinte e três observações e restrições do relator Prof. Valnir Chagas em seu Parecer nº 247/72 aposto ao Processo nº 293/71-CFE.

Na oportunidade, em decorrência das modificações exigidas pelo relator Prof. Valnir Chagas e também para sanar algumas falhas ou incorreções observadas no projeto original, a Comissão foi levada também a fazer outras alterações que se tornaram necessárias ou recomendadas. Desta forma, atingiu-se à 3ª redação (15.6.72) do Estatuto da UFOP.

Para maior facilidade em cotejarem-se as modificações feitas no projeto do

Estatuto da UFOP com o seu original, foi elaborada uma MEMÓRIA JUSTIFICATIVA das alterações introduzidas.

Em 15-06-72, o Prof. Antônio Moreira Calaes comunicou, pessoalmente, ao Reitor Geraldo Parreiras haver a Comissão terminado os trabalhos para que havia sido designada.

Pela sua Portaria nº 135/72, de 16-06-72, o Reitor da UFOP determinou que os Professores Vicente Éllena Trópia e Washington Moraes de Andrade fossem à Brasília para dar entrada, no Conselho Federal de Educação, ao novo projeto de Estatuto da UFOP.

Antes de fazê-lo, entenderam-se, pessoalmente, com o Prof. Valnir Chagas, em horário prefixado de Ouro Preto, a fim de esclarecer qualquer dúvida sobre o atendimento de todas as exigências contidas no seu Parecer nº 247/72.

Na ocasião, o Prof. Valnir Chagas não quis discutir o trabalho feito no projeto de estatuto da UFOP, em consideração ao seu Parecer nº 247/72, informando que não pertencia mais à Câmara do Ensino Superior do Conselho Federal de Educação, portanto não seria mais o relator do Processo 293/71-CFE, naquele órgão. Entretanto, esclareceu que, se o projeto do Estatuto da UFOP fosse reformulado segundo o Estatuto da Universidade de Brasília, ele teria sua rápida tramitação e aprovação pelo Conselho Federal de Educação. Recomendou ainda que o novo projeto de Estatuto fosse revisto pelo Prof. Inocêncio Mártires Coelho, antes de sua entrada na Secretaria do Conselho Federal de Educação.

* * * * *

O Prof. Antônio Pinheiro Filho, respondendo pela Reitoria da UFOP, havia encaminhado, com seu ofício nº 05/MEC/71, de 17-3-71, ao Prof. Newton Sucupira, Diretor do Departamento de Assuntos Universitários do MEC, o processo referente à nomeação do primeiro Conselho Diretor da Fundação Universidade Federal de Ouro Preto, não sendo possível localizá-lo, apesar de intensa busca.

Mediante cópia do mesmo, fornecida, posteriormente, pelo Prof. Antônio Pinheiro Filho, foi possível sua reconstituição e seu novo encaminhamento ao Ministro Jarbas Passarinho, o que foi feito pelo Reitor Geraldo Parreiras, com seu ofício nº RT/GAB-MIN-EC-017/72, de 12-7-72.

No mesmo, esclareceu que são membros natos daquele Conselho Diretor:

“Reitor da UFOP - Eng. Geraldo Parreiras
Diretor da FFMM - Prof. Antônio Moreira Cales
Diretor da FFFB - Prof. Benedito Cândido da Silva
Presidente da Fundação Gorceix - Prof. Theodorico da Cruz
Presidente da Associação Mineira de Farmacêuticos - Prof. Pedro Alves dos Santos”.

Solicitou também ao Ministro Jarbas Passarinho a indicação de dois nomes para representar o MEC naquele Conselho.

Para nomeação dos demais membros do Conselho Diretor da FUFOP, pelo Presidente da República, encaminhou também, com o citado ofício, a relação dos nomes, em ordem alfabética, indicados

pelas entidades representadas naquele Conselho, a saber:

“1. Representante da Congregação da FFMM/UFOP

a) Para Membros Efetivos:

1. Prof. Antônio Pinheiro Filho
2. Prof. Jair Carvalho da Silva
3. Prof. Washington Moraes de Andrade

b) Para Membro Suplente:

1. Prof. Aluísio Licínio de Miranda Barbosa
2. Prof. Oswaldo Magalhães Dias
3. Prof. Walter José von Kruger

2. REPRESENTANTE DA CONGREGAÇÃO DA FFFB/UFOP:

a) Para Membro Efetivo:

1. Prof. José Badini
2. Prof. Ney de Albuquerque Monteiro
3. Prof. Vicente Éllena Trópia

b) Para Membro Suplente:

1. Prof. Antônio Augusto Lins Mesquita
2. Prof. Joaquim Claudino Filho
3. Prof. Percival da Costa Caldeira

3. REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO DOS ANTIGOS ALUNOS DA FFMM/UFOP:

a) Para Membro Efetivo:

1. Eng. José Geraldo Vieira
2. Eng. José Libêncio de Avelar
3. Eng. Osmar Franco Janotti

b) Para Membro Suplente:

1. Eng. Augusto Ferreira Cabral
2. Eng. Rodolfo Cerqueira Filho

3. Eng. Victor Dequech.

4. REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO DOS ANTIGOS ALUNOS DA FFFB/UFOP:

a) Para Membro Efetivo:

1. Fac. Duílho Passos
2. Fco. Fabrízio Marques Tóffolo
3. Fco. Hélio Homem de Faria

b) Para Membro Suplente:

1. Fco. Antônio Alves
2. Fco. Carlos Roberto Carneiro Martins
3. Fca. Maria José da Motta Cabral.

5. REPRESENTANTE DA federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais

a) Para Membro Efetivo:

1. Dr. Fernando Nunes de Lima
2. Dr. Nansen Araujo

3. Dr. Raymundo Nonato Fontenelle de Araujo

b) Para Membro Suplente:

1. Dr. Antônio Gonçalves da Costa
2. Dr. Danilop Achilles Savassi
3. Dr. Mário de Moraes”.

* * * * *

A Comissão constituída pela Portaria nº 119, de 29-05-1972, baixada pelo Reitor Geraldo Parreiras, teve que reformular completamente o Estatuto da UFOP, a fim de enquadrá-lo segundo o Estatuto da Universidade de Brasília, de acordo com a recomendação do Prof. Valnir Chagas.

Neste novo projeto de Estatuto a UFOP, 4ª redação, de 3 de agosto de 1972, a Comissão empenhou-se em preservar os nomes tradicionais de suas duas Escolas: Escola de Farmácia e Escola de Minas e

Metalurgia, ao contrário do que preconizava o Prof. Valnir Chagas. Este entendia que, como na Universidade de Brasília, aquelas duas velhas Escolas deveriam passar a denominar-se, respectivamente, Faculdade de Ciências da Saúde, na qual a atual Escola de Farmácia passaria a simples Departamento de Farmácia e Faculdade de Tecnologia com Departamentos de Engenharia de Minas, de Engenharia Metalúrgica, de Engenharia Geológica e de Engenharia Civil e outros.

Por solicitação do Reitor Geraldo Parreiras ao coronel Confúcio Pamplona, Secretário Geral do MEC, o Prof. Inocência Mártires Coelho esteve em Ouro Preto, nos dias 8, 9 e 10 de setembro de 1972, para rever o novo projeto de Estatuto da UFOP.

O Prof. Inocência Mártires Coelho, depois de estudar, minuciosamente,

aquele trabalho, sugeriu apenas três pequenas modificações no mesmo, prontamente atendidas.

Desta forma, chegou-se à redação definitiva (5ª redação, de 18.9.72) do Estatuto da UFOP, submetida à elevada consideração do Conselho Federal de Educação.

Por determinação contida na Portaria nº 185/72, de 19 de setembro de 1972, do Reitor da UFOP, os Professores Vicente Éllena Trópia e Washington Moraes de Andrade foram a Brasília, no dia 20-9-72 para dar entrada no novo projeto de Estatuto da UFOP (5ª redação, de 18.9.72) no Conselho Federal de Educação, o que fizeram no mesmo dia.

Procuraram, em seguida, o Prof. Valnir Chagas para comunicar-lhe, de acordo com entendimento anterior, fizeram a reformulação por ele recomendada e que já haviam entregue,

na Secretaria do Conselho Federal de Educação o novo projeto de Estatuto da UFOP.

No dia seguinte, 21.9.72, os Profs. Vicente Éllena Trópia, Washington Moraes de Andrade, avistaram-se na Guanabara com o Prof. Vicente Sobriño Porto, ex-Diretor da Diretoria de Ensino Superior (atualmente, Departamento de Assuntos Universitários) do MEC e membro da Câmara de Ensino Superior do Conselho Federal de Educação.

Cientificado da grande necessidade em obter-se rápida aprovação do Estatuto da UFOP, o Prof. Vicente Sobriño Porto telefonou, imediatamente, ao Prof. Newton Sucupira, Presidente do Conselho Federal de Educação, então em Brasília, oferecendo-se para relatar naquele Conselho, o processo nº 293/71-CFE, referente ao Estatuto da UFOP, em

homenagem às duas velhas Escolas que a compõem.

Designado relator, o Prof. Vicente Sobriño Porto, apresentou, na reunião do Conselho Federal de Educação, realizada na primeira semana de outubro de 1972, substancial e minucioso parecer sobre o projeto do Estatuto da UFOP, concluindo por propor sua aprovação, sem nenhuma alteração, o que foi feito, por unanimidade, no dia 5-10-1972.

Em 06-10-1972, foi baixada a seguinte

“PORTARIA Nº 205/72

O Reitor da Universidade Federal de Ouro Preto, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE: constituir, para elaborar o projeto de Regimento Geral da UFOP a ser submetido ao Conselho Federal de Educação, a seguinte Comissão:

Prof. Antônio Moreira Calaes
Prof. Salathiel Torres
Prof. Christiano Barbosa da Silva
Prof. Washington Moraes de
Andrade
Prof. Benedito Cândido da Silva
Prof. Vicente Éllena Trópia
Prof. Joaquim Claudino Filho

Dê-se Ciência e Cumpra-se.
Ouro Preto, 6 de Outubro de 1972
(ass.) Geraldo Parreiras - Reitor"

Em 12-10-1972, o Reitor da UFOP,
Eng^o Geraldo Parreiras, recebeu o
seguinte telegrama:

"URGENTE
Dr. Geraldo Parreiras
Magnífico Reitor da UFOP
Praça Tiradentes

Ouro Preto-MG

nº 7 - GM-BSB-2106 - 12-10-72

Cumprimento Vossa Magnificência e de ordem Sr. Ministro informo sua Excia. fez questão homologar data hoje vg 12 outubro vg Estatuto essa Universidade vg em homenagem 96 anos Fundação Escola de Minas de Ouro Preto vg cuja tradicional denominação foi preservada vg assim como nome centenário Escola Farmácia igualmente mantida aquele parecer pt Saudações

Wanderley Normando, Chefe Gabinete Ministro”.

Desta forma, foi vencida mais uma etapa na implantação da UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO.

O Estatuto aprovado estabelece:

“Art. 5º - Haverá, na Universidade, os seguintes Institutos e Faculdades, para integração dos Departamentos:

- a) Instituto de Ciências Exatas;
- b) Instituto de Ciências Biológicas;
- c) Instituto de Ciências Humanas;
- d) Instituto de Letras;
- e) Instituto de Artes e Arquitetura;
- f) Faculdade de Estudos Sociais Aplicados;
- g) Faculdade de Educação;
- h) Escola de Minas e Metalurgia;
- i) Escola de Farmácia.

Parágrafo Único – Para que seja instalada qualquer das Unidades previstas neste artigo, exigir-se-á a existência de, pelo menos, tres departamentos” .

.....

Art. 9º - A administração superior terá, como órgãos deliberativos, o Conselho de Administração, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e o Conselho Universitário, e, como órgão executivo, a Reitoria”.

Espera-se, para breve, a nomeação do primeiro Conselho Diretor da Fundação Universidade Federal de Ouro Preto.

Com isto, ter-se-á conseguido etapa definitiva da implantação efetiva da UFOP, pois, além de suas atribuições próprias de administrar a Universidade, ele suprirá os demais órgãos deliberativos na forma estabelecida no Estatuto da UFOP:

“Art. 104 - Enquanto não forem constituídos os órgãos deliberativos

da Universidade, na forma prevista neste Estatuto e no Regimento Geral, suas atribuições serão exercidas pelo Conselho Diretor da Fundação ou, mediante delegação deste, pelo Reitor ou por órgãos provisórios”.

Esta exposição cronológica e minuciosa dos fatos que vêm marcando a criação da UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO foi feita com apoio em farta, segura e valiosa documentação, para que a sua história não se perca com o passar dos tempos.

**CARTA AO PROFESSOR
THEÓDULO PEREIRA
(MAGNÍFICO REITOR
DA UFOP)**

Alberto Teixeira da Silva

EXM^o SR.
PROF. DR. THEÓDULO PEREIRA
OURO PRETO, MG

Prezado Amigo Dr. Theódulo
Pereira:

Tomo a liberdade de escrever-lhe esta carta com a finalidade de, data venia, levar à sua alta consideração alguns aspectos da situação da Escola de Minas em relação à Universidade de Ouro Preto. Não o faço, porém, em caráter oficial, isto é, como eventual, transitório e precário

ocupante da Diretoria da Escola de Minas e Metalurgia desta Universidade, mas como um ex-aluno e professor, que se vê em circunstâncias muito especiais em face dos problemas que afetam a Escola de Minas e que não pode fugir ao dever de manifestar-se, quando o seu pronunciamento possa contribuir positivamente para salvaguardar os superiores interesses da nossa Escola.

Com isto, qualifico-me como um daqueles – que são centenas e milhares por este Brasil afora – que têm a Escola de Minas como um extraordinário patrimônio histórico-cultural, cuja imagem se superpõe à sua própria realidade física, por mais pobre a que seja reduzida, para projetar-se como um extraordinário complexo subjetivo na consciência nacional e, especialmente, daqueles que lhe devem a formação espiritual e profissional e que, por isto,

congregam-se em torno da sua imagem, constituindo a enorme Família Emopeana, para quem a Escola de Minas é sagrada e deve ser preservada acima e por cima de quaisquer outras considerações.

Estou, pois, me dirigindo a V. S^a, como um emopeano e estou certo de traduzir o pensamento da grande maioria, senão da totalidade deles, para solicitar-lhe que, na sua condição de Reitor Pro-Tempore da Universidade Federal de Ouro Preto, se digne de examinar conosco a situação da Escola de Minas no processo de implantação da Universidade, atualmente sob sua responsabilidade, na expectativa de podermos contar com a sua insubstituível colaboração na busca de uma solução que melhor atenda aos interesses da Escola de Minas.

A nossa alegação básica, de acordo com a quase totalidade daqueles que representam a verdadeira Escola de Minas

- professores, ex-alunos, alunos, funcionários e amigos - é que a Universidade não trouxe solução para os problemas da Escola, que ainda perduram e se agravam, a ponto de trazer sérias preocupações aos que a ela se devotam. O mais sério dos problemas criados pela nova ordem é o da perda da autonomia de que a Escola desfrutou, desde a sua fundação; primeiro, como uma unidade inteiramente autônoma e desvinculada do sistema nacional de ensino; segundo, a partir de 1906, como entidade vinculada ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, ao lado do Serviço Geológico, formando o sistema gerador dos estudos geológicos e mínero-metalúrgicos que deram a ambos a sua grande notoriedade; terceiro, após rápida passagem pelo Ministério da Justiça (1928 a 1930), com o advento do Ministério da Educação e Saúde, pela Revolução de 1930, como

incorporada à Universidade do Brasil e, finalmente, com o período de sua plena autonomia autárquica. (Lei 3.843, de 15 de dezembro de 1960).

Em todas estas fases, teve sempre a Escola a mais completa autonomia, ou, melhor dizendo, verdadeira “tautonomia” ou liberdade de governar-se a si própria, mesmo quando o fazia através de Decretos e Portarias do Governo Federal, visto que todos eram elaborados com a participação de seus diretores e professores. Esta condição de tautonomia a Escola conservou mesmo durante o período de 30 anos (1930-1960), em que esteve “incorporada” à Universidade do Brasil, quando foi respeitada na sua individualidade, na sua integridade e na sua importância, especialmente na brilhante administração de Pedro Calmon, o grande Reitor que chegou a merecer da Escola o dignificante título de “Professor

honoris-causa” e de “antigo aluno honorário”.

Mas, não obstante esta honrosa e singular posição dentro daquela Universidade do Brasil, a Escola buscou a liberdade, que alcançou, graças à dedicação de seus líderes à época, entre os quais achava-se V.S^a. É que, então, a Escola procurava a sua vocação histórica, de origem e vivência, de ser livre e autônoma, de ser autêntica no seu “panache” de instituição secular de renome e respeito no cenário nacional e mundial.

Daí a surpresa provocada pelo passo dado pela Escola no renunciar à sua plena liberdade de unidade autárquica para subordinar-se a uma estrutura universitária. Mas, considerados os fatos, dentro de sua evolução nestas últimas décadas, é possível encontrar-se justificação cabal à luz de dois aspectos

notórios: primeiro, o agravamento progressivo da crise em que se vivia a Escola com relação à renovação do seu corpo de professores permanentes; segundo, a enganosa perspectiva de vencer esta crise por retorno à Universidade, e na esperança de que esta fosse, ainda, a mesma no seio da qual havia encontrado tanto respeito e tranquilidade.

O primeiro destes aspectos enfoca, na verdade, o mais sério dos problemas com que vem lutando a Escola, desde a década de trinta: é o da renovação do seu corpo de professores, quase todos permanentes, residentes em Ouro Preto, e na sua maioria dedicados exclusivamente à Escola, e nos quais, segundo geral consenso, encontrava ela a sustentação do seu valor e prestígio. Na década de 30 a 40, verificando-se vagas no corpo docente, não preenchidas por concurso, houve

várias nomeações de professores interinos e não residentes em Ouro Preto. Isto causou reações, inclusive por parte dos alunos, entre os quais eu me encontrava então, que exigiam a prestação de concurso e o compromisso expresso de residência em Ouro Preto. Foi em consequência destas reações que alguns concursos se realizaram, entre os quais, entre outros o de SALATHIEL TÔRRES, que veio a ser um dos grandes Mestres desta Escola. Mas o processo de evasão para Belo Horizonte e a conseqüente diminuição do tempo e da dedicação à Escola foi aumentando, a ponto de tornar-se crítico como ainda o está sendo em nossos dias, com evidente abalo da qualidade do ensino e do prestígio da Escola, aspectos dolorosos de confessar, mas que devem ser corajosamente reconhecidos como causa primária

daquilo que já se chama “crise da Escola de Minas”.

Pois bem, esta crise agravou-se consideravelmente, com o advento da malsinada Lei nº 5.540, de 28 de agosto de 1968, que extinguiu a cátedra (e o catedrático) como unidade básica do ensino superior.

O impacto produzido por esta Lei foi muito grande, mesmo que não tivesse de início percebido toda a sua maquiavélica intenção de destruir todo o sistema de ensino superior no Brasil, conforme se está chegando atualmente à conclusão!

O impacto inicial foi especialmente sobre o corpo de catedráticos, destruídos por um simples parágrafo do Art. 2º da Lei, cujo significado imediato foi de liquidar a categoria dos professores, reduzidos a simples funcionários públicos, recrutáveis e demissíveis “ad-

nutum”, pelas mesmas leis vigentes para operários e empregados.

Tal fato justificava o agravamento do processo que se instalara na Escola de Minas, levando-a, por certo e ajudado por outras suspeitadas influências, a um clima de insegurança sob o qual praticou o gesto suicida de renunciar à sua autonomia, para refugiar-se no seio de uma Universidade, à busca talvez da tranquilidade de que gozara, quando incorporada à Universidade do Brasil.

De fato, nos primeiros tempos da nova Universidade, a Escola viveu dias tranquilos, durante a administração do nosso primeiro Reitor, Prof. ANTÔNIO PINHEIRO FILHO. Então a Universidade parecia não ser mais do que uma promoção da Escola de Minas, dando-se um novo título ao seu Diretor e aumentando-se o seu prestígio e o seu domínio. Nada mais havia a fazer, a não

ser promover os antigos sonhos de expansão no Morro do Cruzeiro. E quando alguém reclamou que Universidade não era aquilo, foi-se buscar em ORLANDO DE CARVALHO a experiência, vivida na UFMG, necessária para a implantação da UFOP; mas, quando o novo Reitor começou mesmo a implantar a Universidade, iniciando o processo de tomar à Escola de Minas o que ela tinha de recursos “universitáveis”, o susto foi grande e maior a reação que acabou por despedir o Reitor “de fora”, para chamar um outro, que embora não fosse professor, era ex-aluno e assim “de dentro da Escola”. Além disto, era figura de prestígio da área adesguiana, da nova doutrina para-militar instalada pela Revolução de 64, para criar uma nova ordem administrativa no País.

Mas, o que se viu foi a instituição de um regime absorvente na Universidade,

com a instalação de órgãos de submissão absoluta da Escola ao poder universitário, reduzindo-a à condição de simples tutelada, sem voz nem vez na nova ordem exatamente contrária às suas esperanças e aspirações!

Na verdade, a Universidade que a Escola de Minas veio encontrar não era mais aquela Universidade do Brasil, dentro da qual vivera feliz durante trinta anos ... era a Universidade nova, tipo Universidade de Brasília, a Universidade nascida da maldita lei nº 5.540, forjada nos porões do Congresso Nacional, na onda das tristemente célebres “reformas”, com que se pretendeu mudar os rumos do Brasil. E quando se fizer a História destas alterações no sistema de ensino no Brasil, há de se registrar duas épocas na implantação da Universidade no Brasil. A primeira foi a época da Universidade do tipo de Federação de Escolas, em que as

unidades congregadas conservaram a sua quase completa autonomia, tendo apenas uma leve subordinação ao poder central – a Reitoria –, subordinação que não passava de uma existência de um orçamento comum e uma organização jurídica comum, tendo no Reitor o dignatário da sua representação coletiva superior.

Deste tipo eram as antigas universidades brasileiras, como a Universidade do Brasil, a Universidade de São Paulo, a antiga Universidade de Minas Gerais, etc. A característica básica deste tipo universitário era que a sua estrutura era congruente com a existência do catedrático e do órgão da sua verdadeira expressão – a Congregação. No catedrático coexistiam, paralelamente, a autoridade e a responsabilidade: a autoridade provinha da sua vitaliciedade, da sua autonomia didática, da autoridade

moral e profissional que lhe eram exigidas e provadas nos rigorosos concursos, disputados em geral pelas figuras eminentes dos diferentes setores técnico-científicos e profissionais; mas o seu poder pessoal não se exercia senão através da responsabilidade que lhe cabia na sustentação do ensino, tendo a sua máxima expressão na existência das Congregações, como colegiado de catedráticos, sede de todo o poder didático, normativo e administrativo das unidades. Assim, era natural a correlação catedrático-congregação-Escola e a Universidade não poderia ser senão uma associação de escolas, com um mínimo de atribuições ou poderes, unicamente destinados a reunir e racionalizar algumas funções comuns de ordem administrativa.

O objetivo era então o de dar suporte logístico à Universidade, como fonte e sede da cultura quase sempre

desvinculada e muito acima das preocupações materiais e não o de subordinar aquelas a estas conforme se pretende, na atualidade. Por isto, há de se compreender que o ensino no Brasil tenha alcançado seu apogeu exatamente quando vigorou esse conceito de Universidade, como reunião de antigas Escolas, somadas nos seus valores individuais em super-organismos de alta significação cultural. Assim eram as antigas Universidades do Brasil, Universidade de São Paulo, Universidade de Minas Gerais, etc.

A segunda das épocas é a da Universidade consequente da Lei 5.540 e suas complementares. A característica do novo tipo de universidade decorre da supressão do catedrático na sua responsável autonomia didática e nas suas atribuições administrativas através das Congregações; as primeiras passaram para os Departamentos e as segundas,

com a eliminação formal das Congregações e virtual das Escolas, passaram diretamente para as funções universitárias. E como o Departamento não atinge senão a órbita didática, todo poder normativo e administrativo concentrou-se na Universidade que então é a verdadeira substituta das antigas Congregações, mesmo havendo os Conselhos Departamentais e as pseudo Congregações, visto que não passam de órgãos consultivos-dirimitivos, com funções delegadas do poder universitário.

É assim que se caracteriza o fato de ser a nova universidade, essencialmente, uma concentração total do poder normativo, didático e administrativo, segundo uma estrutura em que fica apenas o Departamento como peça fundamental do organismo universitário, dispensando-se virtualmente da Escola, como etapa intermediária.

Por isto, a verdadeira universidade do novo tipo nada mais é do que uma FEDERAÇÃO DE DEPARTAMENTOS, quando muito grupados em CENTROS (mas não Escolas), tais como as Universidades de Brasília e de Santa Catarina, a do Rio de Janeiro atual, na qual as antigas e celebradas Escola Politécnica (1784) e Escola Nacional de Química foram absorvidas como CENTRO TECNOLÓGICO.

As demais, naquelas em que ainda figuram Escolas, porque eram antigas e muito bem estruturadas, como na Universidade Federal de Minas Gerais, estas acabarão também por desaparecer formalmente, tão logo se instalem os “campus” universitários, mesmo porque a existência de tais escolas é apenas virtual, visto que as ligações dos departamentos com os órgãos universitários passam por cima das Escolas ou, quando muito,

através da Escola por simples questão de ética... A Universidade Federal de Ouro Preto não fugirá a esta tendência que é a fatal e inapelável: Por isto a Escola de Minas de hoje percebe claramente que a Universidade será o seu mausoleu...

Não obstante esta tendência, a Universidade de São Paulo conserva o tipo antigo, de uma FEDERAÇÃO DE ESCOLAS, sob um vínculo universitário que não destroi a sua relativa autonomia individual e apesar de suas Escolas se subdividirem em departamentos, tal como o exige a lei. Isto então mostra que a existência do departamento não é incompatível com aquele tipo de universidade federativa que tão belos resultados vinha alcançando no ensino superior no Brasil, conforme antes já assinalamos.

Pelo contrário, a própria Lei nº 5.540, a mesma a que se está atribuindo a

imposição do novo tipo de universidade, também permite e até institui o tipo antigo sob a nova forma jurídica de FEDERAÇÃO DE ESCOLAS ISOLADAS DO SISTEMA FEDERAL DE ENSINO.

De fato, a lei básica do ensino superior - Nº 5.540 - de 28 de novembro de 1968 - estabelece, no seu Artº 8º que “os estabelecimentos isolados de ensino superior deverão, sempre que possível, incorporar-se a universidades ou congregar-se com estabelecimentos isolados da mesma localidade ou de localidades próximas, constituindo neste último caso FEDERAÇÕES ISOLADAS, regidas por uma administração superior e com regimento unificado que lhes permita adotar critérios comuns de organização e funcionamento”. Trata-se, então, não de uma UNIVERSIDADE FEDERADA, conforme acima caracterizamos e exemplificamos, entendida como um

estágio intermediário na evolução para o tipo extremo de federação de departamentos, mas, sim de uma figura jurídica nova de FEDERAÇÃO DE ESCOLAS ISOLADAS, que poderão continuar como independentes, desde que adotem critérios comuns de organização e funcionamento, de acordo com regimento unificado, regidas por uma administração superior. E para que não parem dúvidas quanto às grandes diferenças de Federação em relação à Universidade, veja-se a criação da primeira FEDERAÇÃO DAS ESCOLAS FEDERADAS DO ESTADO DA GUANABARA (atualmente, do Estado do Rio de Janeiro - FEFIERJ) - pelo Decreto-Lei nº 773, de 20 de agosto de 1969, que se transcreve integralmente a seguir:

DECRETO-LEI N. 773 - DE 20 DE AGOSTO DE 1969.

Provê sobre a criação da Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado da Guanabara (FEFIEG) e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968;

Considerando a existência, no Estado da Guanabara, de estabelecimentos isolados de ensino superior pertencentes ao sistema federal;

considerando que é diretriz da Reforma Universitária a associação de instituições de ensino em entidades de nível universitário ou federativo, conforme as características próprias em cada caso (Lei nº 5.540 (a), de 28 de novembro de 1968, artigos 8º e 10º, decreta:

Art. 1º - É o Poder Executivo autorizado a instituir a Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado da Guanabara (FEFIEG), com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, para reunir e integrar, sob a forma jurídica de fundação de direito público, estabelecimentos isolados do sistema federal de ensino.

§ 1º - A Federação de que trata o artigo gozará de autonomia didático-científica, administrativa, financeira e disciplinar e organizar-se-á com estrutura e métodos de funcionamento nos termos da legislação em vigor e do seu estatuto.

§ 2º - O Presidente da República designará o representante da União nos atos constitutivos da fundação.

Art. 2º - São fins da FIFIEG a realização e o desenvolvimento da educação superior

e pesquisa, e a divulgação científica, tecnológica, cultural e artística.

Art. 3º - A FEFIEG congregará:

I - A Fundação Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro;

II - a Escola de Enfermagem “Alfredo Pinto”;

III - a Escola Central de Nutrição;

IV - o Curso Superior de Teatro, do Serviço Social de Teatro;

V - o Instituto “Villa-Lobos”;

VI - o Curso de Biblioteconomia, da Biblioteca Nacional;

VII - o Instituto Nacional do Câncer.

§ 1º - A FEFIEG é autorizada a admitir como instituições agregadas, na forma prevista no estatuto, a Escola de Serviço Social do Rio de Janeiro, a Escola Brasileira de Reabilitação Profissional, e

outros estabelecimentos de ensino, de pesquisa ou de assistência médico-social.

§ 2º - Por deliberação do Conselho Federativo, a FEFIEG poderá promover a incorporação ou criação ou criação de novas unidades, ressalvando o dispositivo no artigo 1º do Decreto-Lei nº 53 (a), de 18 de novembro de 1966, e no artigo 9º do Decreto-Lei nº 252 (a), de 28 de fevereiro de 1967.

§ 3º - Para a consecução de seus objetivos a FEFIEG celebrará convênio, inclusive para o cumprimento de mandato, com outras instituições públicas ou privadas.

§ 4º - Aos professores, auxiliares de ensino e servidores das instituições e cursos integrados na FEFIEG, serão assegurados os direitos e vantagens que lhes são

atualmente concedidos pela legislação federal.

Art. 4º - São órgãos da administração superior da FEFIEG:

I - a Presidência;

II - o Conselho Federativo;

III - o Conselho de Curadores.

Art. 5º - O Presidente da Federação será designado pelo Presidente da República, em lista sêxtupla elaborada pelo Conselho Federativo e terá o prazo de mandato, competência e prerrogativas correspondentes às de Reitor.

Art. 6º - O Conselho Federativo, órgão de deliberação e consulta da FEFIEG, será constituído dos diretores das unidades de ensino e de um representante das respectivas congregações ou colegiados

equivalentes, e terá as atribuições previstas no estatuto, obedecidos os princípios estabelecidos no artigo 38 e seus parágrafos, da Lei n. 5.540, de 28 de novembro de 1968.

Art. 7º - O Conselho de Curadores, órgão de controle e fiscalização econômico-financeira da FEFIEG, terá composição e atribuições definidas no estatuto, observando-se o disposto no artigo 15 e seu parágrafo único, da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, com a redação que lhe deu o artigo 15 do Decreto-Lei nº 464 (a), de 11 de fevereiro de 1969.

Parágrafo Único - os membros do Conselho de Curadores serão designados pelo Ministro da Educação e Cultura.

Art. 8º - São recursos financeiros da FEFIEG:

- I - as dotações orçamentárias anualmente consignadas no Orçamento da União;
- II - as ajudas financeiras de qualquer origem;
- III - as contribuições financeiras decorrentes de convênio, acordo ou contrato;
- IV - os saldos de exercícios financeiros encerrados.

Art. 9º - Dentro de 60 (SESSENTA) e 120 (CENTO E VINTE) dias, respectivamente, a contar da publicação deste Decreto-Lei, serão elaborados o estatuto da Fundação, para aprovação do Presidente da República e inscrição no Cartório de Pessoas Jurídicas e o da Federação, para aprovação do Conselho Federal de Educação.

Parágrafo Único - Até que seja aprovado o estatuto, continuam em vigor os regimentos das unidades, ressalvando o disposto no presente Decreto-Lei.

Art. 10 - A nomeação do primeiro Presidente da FEFIEG será livremente feita pelo Presidente da República.

Art. 11 - Revogadas as disposições em contrário, o presente Decreto-lei entrará em vigor à data de sua publicação.

A. Costa e Silva - Presidente da República”.

Pelo que se depreende deste Decreto-Lei, a administração superior da Federação se reduz:

- a) uma Presidência, análoga à Reitoria das Universidades;

- b) um Conselho de Curadores – com as atribuições próprias de distribuir e fiscalizar a aplicação dos recursos financeiros e zelar pelo patrimônio da Federação;
- c) um Conselho Federativo, como órgão superior da associação das unidades federadas, necessariamente com as atribuições de orientar as unidades, no sentido de estabelecer um regimento geral unificado, onde se estabeleçam as normas gerais para todos os setores onde necessárias.

Mas, o importante é que este tipo de organização não proíbe ou impede a relativa independência das unidades antes isoladas, com um grau de

autonomia administrativa suficiente para que conservem a sua “personalidade”, independentemente de subdividir-se em departamentos, conforme exige a atual organização do ensino. O que importa neste aspecto é o fato de que a conservação da sua relativa independência permitirá a cada unidade federada cuidar de si própria, de acordo com as suas peculiaridades, experiência e tradições, libertadas da forte subordinação a órgãos centralizadores, como acontece com a organização universitária.

Este é, exatamente, o caso da Escola de Minas, que tem reagido ao processo de sua submissão à Universidade, de modo persistente, numa demonstração inequívoca de que este não é o caminho que mais lhe convem. O ideal seria que ela retornasse à condição de plena autonomia de que gozava pela Lei nº

3.843 de 15-12-1960. considerando, porém, que tal solução, além de mais difícil de conseguir-se a esta altura dos acontecimentos, não resolveria também o caso da Escola de Farmácia e Bioquímica, nossa parceria na Universidade e que não poderia ficar isolada, é justo e oportuno que se pense em transformar Universidade em Federação.

A medida, ao nosso ver, além de permitir o grau de autonomia que a Escola de Minas pleiteia, traria, ainda, a possibilidade de ampliar a importância da instituição, uma vez que a Federação pode incorporar Escolas Isoladas Federais ou Particulares, da mesma localidade ou de localidades vizinhas, nos termos do Art. 10 da mesma Lei 5.540 que diz: “O Ministro da Educação e Cultura, mediante proposta do Conselho Federal de Educação, fixará os DISTRITOS GEO-EDUCACIONAIS para aglutinação, em

Universidades ou FEDERAÇÕES DE ESCOLAS, dos estabelecimentos isolados de ensino superior existentes no país. Parágrafo único - Para efeito do disposto neste artigo será livre a associação de instituições oficiais ou particulares de ensino superior na mesma entidade universitária ou federação”.

Assim seria possível estabelecer-se uma FEDERAÇÃO DE ESCOLAS SUPERIORES DO DISTRITO GEO-EDUCACIONAL DE OURO PRETO - FESDGEOP - congregando a Escola de Minas, a Escola de Farmácia e Bioquímica e as de outras cidades vizinhas, como a de Direito de Lafaiete, a de Medicina de Barbacena, etc. de modo a se constituir um organismo de muito maior expressão cultural e educacional, podendo elevar a importância da Federação ao nível das Universidades vizinhas de Viçosa e Belo Horizonte.

Então esta solução teria importantes conotações políticas dado o natural interesse dos municípios na federalização dos seus estabelecimentos de ensino, sob a égide do prestígio de Ouro Preto, como centro e sede do sistema educacional federativo.

Acredito que esta seria uma solução muito mais conveniente à Escola de Minas, para atender à sua ânsia de reconquistar a liberdade que perdeu.

Eis aí, meu prezado Dr. Theódulo, a série de considerações que eu tinha a submeter à sua alta apreciação. Acredito que o tenha feito de maneira muito leal e objetivamente, para que V. S^a possa julgar se convem ou não levá-la avante sob a sua coordenação, uma vez que, segundo estamos convencidos, a sua condição de Reitor Pro-Tempore da Universidade não impede que V. S^a possa, se assim o entender e quizer, propugnar por uma

solução que, tudo leva a crer, melhor condiz com os superiores interesses da Escola de Minas e de quantos venham com ela congregar-se numa Federação Escolar com sede em Ouro Preto.

Acreditamos ainda que a sua incontestável liderança política e reconhecido prestígio pessoal junto ao Governo do Estado e da representação mineira no Congresso Nacional e junto ao Governo Federal serão fatores decisivos no alcance do objetivo aquí exposto.

Na certeza de que o prezado amigo tenha entendido por bem as minhas razões, valho-me do ensejo para apresentar-lhe os protestos da minha mais alta elevada consideração e apreço, subscrevendo-me.

Atenciosamente,

ALBERTO TEIXEIRA DA SILVA